



CURSO DE PSICOLOGIA

CAIO CESAR MADEIRA DA SILVA

**DIVERSIDADE SEXUAL EM PAUTA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA
O ENTENDIMENTO DAS SUBJETIVIDADES LGBTQIAP+**

FORTALEZA

2023

CAIO CESAR MADEIRA DA SILVA

**DIVERSIDADE SEXUAL EM PAUTA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA
O ENTENDIMENTO DAS SUBJETIVIDADES LGBTQIAP+**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Psicologia pela Faculdade Ari de
Sá.

Orientador: Prof. Dr. Renata Carvalho Campos

Aprovado(a) em: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renata Carvalho Campos
Faculdade Ari de Sá

Prof. Dr. Carlos Eduardo Esmeraldo Filho
Faculdade Ari de Sá

Prof. Me. Allan Ratts de Sousa
Centro Universitário Maurício de Nassau/UniAteneu

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Faculdade Ari de Sá
Gerada automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

M181d Madeira da Silva, Caio Cesar .

Diversidade sexual em pauta: contribuições da psicanálise para o entendimento das subjetividades
lgbtqiap+ / Caio Cesar Madeira da Silva. – 2023.

48 f.

Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade Ari de Sá, Curso de Psicologia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Renata Carvalho Campos.

1. Psicanálise. 2. Diversidade . 3. Sexualidade . 4. LGBTQIAP+. 5. Queer. I. Título.

CDD 150

DIVERSIDADE SEXUAL EM PAUTA: CONTRIBUIÇÕES DA PSICANÁLISE PARA O ENTENDIMENTO DAS SUBJETIVIDADES LGBTQIAP+

Caio Cesar Madeira da Silva
Renata Carvalho Campos

RESUMO

Este artigo tem como objetivo principal contribuir com o entendimento das subjetividades de indivíduos LGBTQIAP+ a partir da teoria psicanalítica, tomando por objetivos específicos: apresentar a contribuição da psicanálise aos estudos de sexualidade desde Freud, expor como chegamos ao entendimento atual das subjetividades LGBTQIAP+ e resgatar as contribuições da teoria psicanalítica para o entendimento destas subjetividades fora da categoria de patologias. Para tal, toma-se como base os textos de Freud e o contexto de questionamento da naturalidade da sexualidade para o qual abriram caminho. Destaca-se neste percurso interações entre a Psicanálise e as reivindicações de despatologização da comunidade LGBTQIAP+, ressaltando-se que é um público vulnerável à violência. Ademais, são trazidas pontuações dos estudos feministas *queer*. Apresenta-se também os contextos de surgimento de termos como “homossexualidade”, “heterossexualidade”, “sodomia”, “inversão” e “queer”, usados para caracterizar a sexualidade de indivíduos. Aborda-se ainda questões relativas à masculinidade e à feminilidade. Por fim, enfatiza-se posicionamentos de psicanalistas contemporâneos sobre manter uma escuta aberta para as diferentes subjetividades no que tange à diversidade sexual.

Palavras-chave: Psicanálise. Diversidade. Sexualidade. LGBTQIAP+. *Queer*.

ABSTRACT

This article's main objective is to contribute to the understanding of the subjectivities of LGBTQIAP+ individuals based on psychoanalytic theory, with specific objectives: presenting the contribution of psychoanalysis to sexuality studies since Freud, exposing how we arrived at the current understanding of LGBTQIAP+ subjectivities and rescue the contributions of psychoanalytic theory to the understanding of these subjectivities outside the category of pathologies. To this end, Freud's texts and the context of questioning the naturalness of sexuality for which they paved the way are taken as a basis. In development, we point out interactions between Psychoanalysis and demands for depathologization of the LGBTQIAP+ community, highlighting that it is a public vulnerable to violence. Furthermore, we bring forward points of discussion acknowledged by feminist queer studies. We also bring up the contexts in which terms such as "homosexuality", "heterosexuality", "sodomy", "inversion" and "queer", used to characterize the sexuality of individuals, emerged. Issues relating to masculinity and femininity are also addressed. Finally, the positions of contemporary psychoanalysts on maintaining an open listening to different subjectivities regarding sexual diversity are emphasized.

Keywords: *Psychoanalysis. Diversity. Sexuality. LGBTQIAP+. Queer.*

1 INTRODUÇÃO

Em psicanálise, a sexualidade está atrelada à questão da diferença sexual e seu papel na organização *psíquica*, cuja teorização envolve a noção de bissexualidade psíquica, influenciada inicialmente pelas discussões por correspondência sobre predisposição bissexual que Freud mantinha com Fliess, que defendia a bissexualidade natural *biológica*¹ (Carneiro, 2017). O que se entende aqui por “sexualidade” não é somente o conjunto das atividades e o prazer que dependem da atuação do aparelho genital, mas uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância (Laplanche; Pontalis, 1991).

A diferença sexual é um princípio organizador da sexualidade humana segundo o qual não se pode ser tudo e ter tudo, diferindo da expressão “diferenças sexuais”, que é referente aos vários modos de se reconhecer, designar e praticar a sexualidade (Perelberg, 2018 *apud* Carneiro; Lazzarini, 2018). Este princípio organizador remete ao reconhecimento da castração simbólica (Carneiro; Lazzarini, 2018) e necessidade de que o sujeito faça uma escolha sexual, seja através do recalque de um dos dois componentes (masculino e feminino) da sexualidade, ou aceitando esses dois componentes, ou ainda, renegando a realidade da diferença sexual (Roudinesco; Plon, 1998).

No que tange à bissexualidade psíquica, pode-se dizer que ela vai além da escolha objetual e faz referência à coexistência do masculino e do feminino no psiquismo em suas condições singulares e plurais, estando ligado às funções paterna e materna² encarnadas nas figuras concretas de pai e mãe ou substitutos destes (Carneiro; Lazzarini, 2018). Embora tenha se tornado ideia central na teoria psicanalítica clássica, a predisposição bissexual nos seres humanos ainda é um tema marcado por ambiguidades, obstando a ele as resistências que se levantam a partir das sensibilidades sociais e ideológicas (Delouya, 2003; Carneiro; Lazzarini, 2020).

Pensar a sexualidade a partir da psicanálise hodiernamente é algo que parece coadunar com um maior espaço cedido às discussões de gênero e sexualidade (Borges *et al*, 2013; Carneiro; Lazzarini, 2018; Simões; Gonçalves, 2018). Em meio ao que se fala sobre a

¹ Fliess defendia a ligação da mucosa nasal com as atividades genitais, elaborando o entendimento de que a vida humana está condicionada por fenômenos dependentes de sua constituição de natureza bissexuada (Roudinesco; Plon, 1998).

² Estas funções se remetem a algo de ordem simbólica, e não biológica ou social, pois mãe e pai existem no psiquismo do bebê como objetos primordiais, seja por sua presença ou ausência (Carneiro; Lazzarini, 2018). Lacan nos fala ainda da função do pai como exercício de nomeação que permite a uma criança adquirir identidade por ele ser privador da mãe, permitindo uma percepção do *eu* da criança separado desta mãe (Roudinesco; Plon, 1998).

temática, é possível notar que se propagaram popularmente conceitos transgressores das ideias tradicionais de uma divisão binária (masculino-feminino) da humanidade e de heteronormatividade (Costa, 2020), como não-binário (alguém que não se restringe à dualidade masculino-feminino) e *queer*. Este último é um conceito guarda-chuva surgido em meados da década de 1980 que não tem uma tradução exata para a língua portuguesa, mas em tradução livre teria o significado de “esquisito, anormal, excêntrico”, e foi mantido propositalmente indefinido e elástico para englobar as diferentes formas de sexualidade não toleradas; assim, este termo possibilita uma discussão que não tem como foco a expectativa de que indivíduos se autocategorizem, mas sim a ampliação do repertório de identidades existentes (Menezes; Beccari, 2021).

Essas novas identidades que não se restringem a um binário nos convidam a refletir sobre a questão da diferença sexual como um princípio fundamental da psicanálise (Carneiro; Lazzarini, 2018) parecem se mostrar na forma como os sujeitos se vestem, agem e interagem. Como exemplo disso, tem-se uma tendência à moda sem gênero, gênero neutro, fluido ou *genderless*, estilo comumente associado à moda unissex que já existia previamente e que foi uma demanda do público consumidor absorvida pelos varejistas (Menezes; Beccari, 2021).

Neste mesmo contexto subversivo, existem as chamadas *drag queens*, que são pessoas que usam de acessórios, maquiagem e vestimentas para fazer uma representação e mostrar um ponto de vista de que o gênero pode ser algo socialmente construído e com o qual uma pessoa pode “se montar”. Com essa performance de imitar o gênero, a *drag queen* traz à tona a estrutura imitativa do próprio gênero, que é algo performativo, constituído por uma repetição corriqueira e estilizada de atos (Butler, 2018). Ademais, Butler (2018) pontua que identidades de gênero são falsamente naturalizadas ou essencializadas e aspectos distintos da experiência de gênero são entendidos como uma unidade em consonância com uma ficção reguladora heterossexual, componentes culturais dos quais a ação é revelada pelas travestis.

Nesse sentido de desconstrução, faz-se necessário citar que a indicação da possibilidade de uma distinção entre sexo biológico e gênero é atribuída ao sexólogo John Money, que teria defendido este posicionamento em 1955 (Menezes; Beccari, 2021). Porém, trazer o conceito de gênero para o campo clínico foi algo feito em 1968 pelo psiquiatra e psicanalista Robert Stoller, no livro “Sexo e Gênero” (Menezes; Beccari, 2021; Liboreiro; Calzavara, 2021). Embora Freud tenha tratado do tema do desenvolvimento da identidade sexual, Stoller cunhou definitivamente o uso do construto gênero para se referir a um “sexo social” do sujeito (Cossi, 2018). A partir desta distinção, a discussão em torno do desenvolvimento da identidade subjetiva se complexifica até chegarmos aos dias atuais do

século XXI, em que se fala de sexo biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual.

A expressão “sexo biológico” seria referente a características cromossomiais, genotípicas, que fazem com que um corpo tenha características anatômicas predominantemente masculinas, femininas, ou ambas, pois há mistura de componentes masculinos e femininos nos seres humanos (Apa, 2015, 2023; Dellar, 2022; Ainsworth, 2015 *apud* Carneiro; Lazzarini, 2020; Who, [2016]). Neste ponto, vale lembrar a existência da população intersexo, que são pessoas cuja integração nas categorias “homem” e “mulher” é dificultada por apresentarem características sexuais primárias ou secundárias que não preenchem os requisitos médicos e sociais para serem identificados com um desses grupos (Santos, 2013).

O gênero, também chamado de sexo (como nas expressões “sexo masculino” e “sexo feminino”), é o conjunto de significados atribuídos a alguém a partir da identificação da genitália, ou seja, de acordo com o órgão genital do indivíduo há expectativas de que ele use roupas específicas e demonstre comportamentos socialmente aceitos, sendo algo mais social do que anatômico (Apa, 2015, 2023; Carneiro; Lazzarini, 2020). Não obstante essa atribuição social, tem-se também a identidade de gênero, que é relativa ao gênero com o qual o sujeito se identifica e que pode estar de acordo ou não com aquilo que é delimitado quando do nascimento (Apa, 2015, 2023; Dellar, 2022). Há ainda a expressão de gênero (Apa, 2015, 2023; Dellar, 2022), que remete aos gestos, modo de falar, modo de interagir e vestimentas de uma pessoa, podendo ela se identificar com uma expressão mais feminina ou masculina, ou mesmo transitar entre os dois. Por fim, faz-se necessário falar de orientação sexual, que faz referência a aquilo pelo qual a pessoa sente atração, seja de forma afetiva ou sexual (Apa, 2008, 2015, 2023; Dellar, 2022), o que é independente dos conceitos supracitados relativos a características biológicas e de gênero.

O estudo da temática se justifica porque que há uma taxa expressiva de violência contra a população LGBTQIA+ no cenário brasileiro (Mendes; Silva, 2020). Para se ter uma noção mais precisa da vulnerabilidade desta minoria, vale citar os dados trazidos pelo GGB - Grupo Gay da Bahia (Mott, 2019, p. 01):

420 LGBTQ+ (lésbicas, gays, bissexuais e transexuais) morreram no Brasil em 2018 vítimas da homofobia/transfobia: 320 homicídios (76%) e 100 suicídios (24%). Uma pequena redução de 6% em relação a 2017, quando registraram-se 445 mortes, número recorde nos 39 anos desde que o Grupo Gay da Bahia iniciou esse banco de dados.

A cada 20 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que confirma o Brasil como campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais. Segundo agências internacionais de direitos humanos, matam-se muitíssimo mais homossexuais e transexuais no Brasil do que nos 13 países do Oriente e África onde há pena de morte contra os LGBT.

Papalia e Feldman (2013) enfatizam o risco de suicídio de adolescentes homossexuais pela influência de variáveis contextuais como o bullying e a falta de aceitação. A esse respeito, Delouya (2003) esclarece que a homossexualidade não se caracteriza como estado psicopatológico, porém “existem homossexuais que sofrem, e nos quais a neurose se matiza em torno da homossexualidade” (p. 211). Num arremate, Assuar (2020) assevera que é necessário despatologizar as manifestações da sexualidade e identidade excluídas em que a escolha objetal não seja o sujeito de sexo (gênero) oposto e/ou o gênero com o qual o indivíduo se identifica não coincida com o seu sexo anatômico (biológico).

Ademais, Simões e Gonçalves (2018) afirmam que deve-se saber distinguir a demarcação do gozo de alguém que é travesti, gay, transformista, bissexual, transgênero, entre outros. Seguindo na mesma linha, Assuar (2020) enfatiza que homo, hetero, cis³ ou trans não são termos que devem levar a alguma antecipação. Ambra (2016) contribui para a discussão ressaltando que é necessário dar mais atenção à posição que o sujeito ocupa no discurso do Outro e de que maneira este lugar o aliena. Desta forma, os autores citados parecem se inclinar para uma posição de que a escuta do analista deve estar aberta para estas diferentes subjetividades.

Nesse sentido, este artigo tem como objetivo principal contribuir com o entendimento das subjetividades de indivíduos LGBTQIAP+ a partir da teoria psicanalítica, tomando por objetivos específicos: apresentar a contribuição da psicanálise aos estudos de sexualidade a partir de Freud, expor como chegamos ao entendimento atual das subjetividades LGBTQIAP+ e resgatar as contribuições da teoria psicanalítica para o entendimento destas subjetividades fora da categoria de patologias. Para tanto, dialoga-se com a teoria *queer*, tendo em vista que ela traz questionamentos sobre os processos em que se desenvolvem as sexualidades (Simões; Gonçalves, 2018).

Por fim, ressalta-se aqui, apoiado em Lacan (1998) e Kehl (2009), que é necessário ao analista alcançar a subjetividade de sua época, sendo que na presente época temos

³ O termo cis ou cisgênero foi criado por comunidades trans e se refere a um sujeito não transgênero, ou seja, um sujeito no qual o sexo biológico e a identidade de gênero coincidem. Cis, do latim, significa ‘do mesmo lado de’ (Assuar, 2020, p. 09).

questionamentos sobre a heteronormatividade. Esta se refere à pressuposição da heterossexualidade, o que faz da sexualidade hétero a matriz para uma norma, o que é revelado por Butler (2018). Como veremos posteriormente, a heterossexualidade só passou a ser desnaturalizada e problematizada quando foi nomeada, ou seja, quando foram criados os conceitos de homossexualidade e heterossexualidade por Kertbeny (1869 *apud* Ambra, 2016).

2 METODOLOGIA

Focando em contribuir com o entendimento das subjetividades de indivíduos LGBTQIAP+ a partir da teoria psicanalítica, a pesquisa se utilizou de metodologia psicanalítica e bibliográfica. Num primeiro momento, faz-se importante diferenciar os métodos de pesquisa das ciências humanas e naturais daqueles relativos à psicanálise. Na busca de se constituir como um saber, a ciência tradicional exclui do seu campo operatório o sujeito, retira-o de cena ao rejeitar suas certezas e qualidades empíricas sensoriais, perceptuais, anímicas e morais (Elia, 2000). A psicanálise insere novamente o sujeito no debate científico pela via do inconsciente, pois Elia (2000, p. 22) aponta, em concordância com ideias de Lacan, que o sujeito do inconsciente “é precisamente um sujeito sem qualidades” e, portanto, “o sujeito da ciência”. O acesso a este sujeito, que é provido pela prática clínica, implica que:

Toda pesquisa em psicanálise é clínica porque [...] implica que o pesquisador-analista empreenda sua pesquisa a partir do lugar definido no dispositivo analítico como sendo o lugar do analista, lugar de escuta e sobretudo de causa para o sujeito, o que pressupõe o ato analítico e o desejo do analista (Elia, 2000, p. 23).

Desde Freud, é mostrada a ligação entre a pesquisa e o tratamento, pois no texto “Recomendações aos médicos que praticam a psicanálise” (Freud, 1996d), é abordada a questão das dificuldades da produção de material científico por parte do analista que possa ser considerado científico e ao mesmo tempo seja aplicável na práxis. Nesse sentido, em “Sobre o Narcisismo”, Freud (1996e, p. 48) explica que “não é agradável a ideia de abandonar a observação pela controvérsia teórica estéril, mas nem por isso nos devemos esquivar de uma tentativa de elucidação” e assevera que a consideração teórica gera ideias que são o topo da estrutura e podem ser alteradas mais tarde, enquanto a observação é a base, o fundamento da ciência. Ademais, esta relação da prática com o trabalho conceitual também toma lugar em um texto tratando das pulsões que foi intitulado “Os Instintos e suas Vicissitudes”, em que parece haver indicação de que há influência também das ideias sobre a observação:

Ouvimos com frequência a afirmação de que as ciências devem ser estruturadas em conceitos básicos claros e bem definidos. De fato, nenhuma ciência, nem mesmo a mais exata, começa com tais definições. O verdadeiro início da atividade científica

consiste antes na descrição dos fenômenos, passando então a seu agrupamento, sua classificação e sua correlação. Mesmo na fase de descrição não é possível evitar que se apliquem certas idéias abstratas ao material manipulado, idéias provenientes daqui e dali, mas por certo não apenas das novas observações. Tais idéias - que depois se tornarão os conceitos básicos da ciência - são ainda mais indispensáveis à medida que o material se torna mais elaborado. [...] (Freud, 1996c, p. 70-71)

Foi visado neste artigo o intuito de executar uma pesquisa em psicanálise que respeite a ideia da pesquisa psicanalítica como “extensão da clínica” que é trazida por Elia (2000) e também levou-se em conta o posicionamento de Freud (1996e) sobre como deve ser feita a tentativa de elucidação de fenômenos. Ademais, não se pode olvidar a comparação de Lacan (1986) descrevendo o analista como um cozinheiro que disseca com conceitos no lugar da faca, de modo que buscou-se manter o rigor científico do estudo seguindo o delineamento da pesquisa bibliográfica.

Segundo Gil (2002), para desenvolver uma pesquisa bibliográfica deve-se tomar como base material já elaborado (em lugar de “dados brutos”), que se constitui principalmente de livros e artigos científicos. O autor ainda esclarece que esta modalidade de pesquisa é passo obrigatório em quase todos os estudos e há aqueles desenvolvidos a partir de conteúdos que foram encontrados exclusivamente em fontes bibliográficas.

Marconi e Lakatos (2003) apontam que nesta forma de pesquisa é preciso buscar bibliografia tornada pública sobre o tema de estudo, abrangendo “publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico etc., até meios de comunicação orais: rádio, gravações em fita magnética e audiovisuais: filmes e televisão” (p. 183). Explicam, citando Manzo (1971), que esta busca abrangente permite resolver problemas conhecidos e explorar novas áreas onde eles não se cristalizaram suficientemente. Trujillo (1974 *apud* Marconi; Lakatos, 2003) indica que a pesquisa bibliográfica abre a possibilidade de reforço paralelo tanto na análise de suas pesquisas quanto manipulação de suas informações. Por fim, Marconi e Lakatos (2003, p. 183) resumizam dizendo que “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Para constituir um arcabouço teórico que torne possível o supracitado, foram utilizados alguns textos de Freud nos quais ele se ocupa de teorizar a sexualidade, enfocando inicialmente as neuropsicoses a partir dos conflitos da bissexualidade psíquica (Delouya, 2003), mas indo além disto, posteriormente; entre eles: “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (2016, 1996f), “A dissolução do complexo de Édipo” (2011a) e “Algumas

consequências psíquicas das diferenças anatômicas entre os sexos” (2011b). Como textos de referência, O “Dicionário de psicanálise”, de Roudinesco e Plon (1998), e textos psicanalíticos atuais voltados para sexualidade e teoria *queer*, aos quais se chegou através de pesquisa de termos como “Psicanálise e teoria *queer*”, “Psicanálise e bissexualidade psíquica” e “Psicanálise e sexualidade”. Para melhor interpretar o pensamento *queer* e que referências ele inspira na atualidade, utilizou-se os livros “Problemas de gênero”, de Butler (2018) e “Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT”, de Simões e Facchini (2009). O livro de Butler foi escolhido ao notar-se a discussão que alguns psicanalistas, como Lattanzio e Ribeiro (2017), fazem de suas ideias em seus artigos (embora ela não seja a única autora de destaque dentro da teoria *queer*) e o livro de Simões e Facchini mostra o percurso que levou ao surgimento do ativismo *queer*.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

3.1 CONTRIBUIÇÕES DE FREUD

Estudando a sexualidade e os conflitos psíquicos de sujeitos, Freud passa a estudar considera a hipótese da bissexualidade como um dos fatores de influência, que estuda desde 1897 até o grande teste clínico de 1937, acompanhando as elaborações seguintes sobre o complexo de Édipo (Delouya, 2003). A possibilidade de uma bissexualidade psíquica veio a mostrar-se importante para a clínica por possibilitar uma hipótese sobre o desenvolvimento do indivíduo, no tocante à trajetória de sua sexualidade (Carneiro, 2017), uma vez que Freud atribuiu a este conceito a importância de um substrato sobre o qual se desenrolam os destinos do complexo de Édipo (Carneiro, 2017; Delouya, 2003). Assim, a bissexualidade precisaria ser superada para que o indivíduo seguisse em seu processo de constituição identitária a partir do Édipo (Delouya, 2003).

Chabert (2015), citada por Carneiro e Lazzarini (2018), entende a tendência bissexual com uma dupla referência ao masculino e feminino e às funções paterna e materna, à coexistência dessas duas tendências no psiquismo. A bissexualidade começa a agir numa época do desenvolvimento do bebê em que provavelmente a identificação e a escolha objetal se confundem e ele desconhece a diferença entre os sexos, incapaz de distinguir pai e mãe (Freud, 2011d). Posteriormente, ela age como substrato do Édipo, cujo destino depende da interação das identificações masculinas e femininas (Carneiro, 2017; Delouya, 2003).

Neste contexto, a escolha objetal se refere ao “ato de eleger uma pessoa ou um tipo de pessoa como objeto de amor” (Laplanche; Pontalis, 1991, p.154). Falando mais especificamente, existem duas formas de escolher o objeto a nível inconsciente: a) escolha de objeto por apoio: relação em que “o objeto de amor é eleito a partir do modelo das figuras parentais na medida em que estas asseguram à criança alimento, cuidados e proteção”, apoiando-se nas pulsões de autoconservação, como explicaram Laplanche e Pontalis (1991, p.155) de forma concisa, tomando base no tópico do objeto sexual na fase de amamentação, dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, de 1905; e b) escolha narcísica de objeto: toma como modelo a relação do sujeito consigo mesmo para escolha do objeto, que representa a própria pessoa sob algum aspecto (Laplanche; Pontalis, 1991).

O investimento no objeto de amor consiste em uma ligação da energia psíquica a uma representação ou grupo de representações, a uma parte do corpo, a um objeto, e a energia investida é uma energia pulsional que provém de fontes internas, exercendo uma pressão

contínua que impõe ao aparelho psíquico a tarefa da transformação dela (Laplanche; Pontalis, 1991). Diferente das questões circundando a escolha de objeto, a identificação diz respeito ao processo psicológico pelo qual o indivíduo toma o outro como modelo e se transforma ao assimilar um aspecto, propriedade ou atributo deste outro (Laplanche; Pontalis, 1991).

A partir de reflexões sobre a importância dos pais para a criança, Freud (2010, 2011b) rende para a mãe a categoria de primeiro e mais forte objeto amoroso para todos os sujeitos, enquanto a primeira e mais significativa identificação do indivíduo é atribuída ao pai da pré-história pessoal (Freud, 2011d), porém não se deve olvidar que, à época destes processos, o bebê não tem conhecimento da diferença dos sexos e não avalia pai e mãe de forma distinta. Nesse contexto, sabe-se que o sujeito se constitui por meio da relação com o outro, o que enfatiza a função fundamental do pai e da mãe como objetos primários nas representações da criança (Carneiro; Lazzarini, 2018).

Partindo disto, pode-se presumir que se põe à frente do indivíduo as perspectivas de ver tanto à figura feminina quanto à masculina como possibilidades de escolha objetal, bem como objeto de identificação. Freud (1996b) concluiu que o caminho de desenvolvimento subjetivo resultante destas possibilidades depende da força das disposições masculinas e femininas em cada indivíduo, embora ele tenha admitido que seja difícil saber em que consiste a diferença de força, investigação que ele indicou que se tornava mais difícil por conta da noção de bissexualidade psíquica. Segundo a interpretação de Carneiro e Lazzarini (2018), é possível caracterizar a bissexualidade psíquica com três atributos: os *conflitos*, as *identificações* e, por último, os investimentos pulsionais dirigidos a um e outro *objeto sexual*.

Desta forma, pode-se supor que a ideia da predisposição para a bissexualidade vem sendo pensada de modo atrelado à orientação sexual e também à identidade de gênero, falando-nos de uma atração por indivíduos de mais de um gênero, mas também de uma identificação binária. Sobre isso, Basso *et al* (2020, p. 17) esclarecem que há uma distinção “entre a direção de investimento e a identificação” e explicam:

Orientação sexual está relacionada à atração erótica, já identidade de gênero refere-se ao sentir-se homem ou mulher. Stoller (1973) separa os dois aspectos da bissexualidade freudiana como biológico e psíquico, sendo a dimensão biológica correspondente ao sexo e a psíquica correspondente ao gênero. Teve como conclusão que o gênero prima sobre o sexo, ou seja, sexo não é determinante de gênero.

Desde a ideia da bissexualidade originária até a teorização da sexualidade perversa-polimorfa nos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”, lançado em 1905, Freud (1996f) abriu caminho para que se pudesse discutir a formação psicosexual do indivíduo,

pondo em discussão o tabu da homossexualidade e os caminhos de desenvolvimento da sexualidade desde a mais tenra idade. Nesse sentido, a sexualidade infantil como perverso-polimorfa: perversa porque busca a satisfação à revelia do instinto, da reprodução e da genitalidade; e polimorfa porque se mostra em maneiras concordantes com esta perversidade, ou seja, a sexualidade se expressa de formas variadas e não totalmente dependentes da reprodução e da zona genital, mesmo na forma de “transgressões”, a exemplo do desnudamento do corpo e curiosidade em ver a genitália de outros (Freud, 1996f). Como resumiu Zupančič (2008, *apud* Lima; Vorcaro, 2020, p. 03), “a sexualidade humana seria um desvio constitutivo de uma norma que não existe”.

A teoria freudiana se inclina em direção à inexistência desta norma, isto é, desnaturaliza o sexo, através do conceito de pulsão (Simões; Gonçalves, 2018). A pulsão pode ser definida como uma “carga energética que se encontra na origem da atividade motora do organismo e do funcionamento psíquico inconsciente do homem” (Roudinesco; Plon, p. 628). Tem o objetivo de “suprimir o estado de tensão que reina na fonte pulsional; é no objeto ou graças a ele que a pulsão pode atingir a sua meta” (Laplanche; Pontalis, p. 394). Desse modo, a pulsão seria uma energia que gera tensão e exige trabalho.

Freud (1996f) enfatiza que a satisfação da pulsão reserva menos importância para o objeto ao qual se liga do que à sua própria atividade, assim esse objeto é escolhido de forma inconsciente, por influência da pulsão, não por decisão consciente e direta do eu do sujeito. Desta forma, não é algo “natural e óbvio” que a pulsão se ligue a um objeto que permita reprodução, como Freud (2016, p. 35) defende: “o interesse sexual exclusivo do homem pela mulher é um problema que requer explicação, não é algo evidente em si”. Com base nisto, Lima e Vorcaro (2020, p. 03) afirmam que “a psicanálise se mostra, desde cedo, afinada com um duplo processo de desnaturalização e despatologização da sexualidade”. Nota-se que a psicanálise estuda como a sexualidade se desenvolve desde a infância, justificando a asserção dos autores citados.

Nesse sentido, Freud (1996f) destaca que a vida sexual infantil é essencialmente auto-erótica (toma como objeto o próprio corpo) e tem pulsões parciais independentes entre si nos esforços para obter prazer, enquanto na vida sexual adulta (em seu “desfecho normal”) o alvo sexual passa a ser um objeto alheio e a busca de prazer sofre a influência da primazia de uma zona erógena (a zona genital). Freud (1996f) explica que as pulsões sexuais dessa organização pré-genital da vida sexual inicialmente têm uma fase oral (ou “canibalesca”) vinculada com a nutrição, que tem como alvo sexual a incorporação do objeto (que tem papel psíquico importante em questões de identificação) e como consequência residual desta fase

“podemos ver o chuchar, no qual a atividade sexual, desligada da atividade de alimentação, renunciou ao objeto alheio em troca de um objeto situado no próprio corpo” (p. 121). A organização oral é seguida pela sádico-anal, caracterizada por uma polarização ou ambivalência, pois nela (Freud, 1996f, p. 121):

[...]a divisão em opostos que perpassa a vida sexual já se constituiu, mas eles ainda não podem ser chamados de masculino e feminino, e sim ativo e passivo. A atividade é produzida pela pulsão de dominação através da musculatura do corpo, e como órgão do alvo sexual passivo o que se faz valer é, antes de mais nada, a mucosa erógena do intestino; mas há para essas duas aspirações opostas objetos que não coincidem. Ao lado disso, outras pulsões parciais atuam de maneira auto-erótica. Nessa fase, portanto, já é possível demonstrar a polaridade sexual e o objeto alheio, faltando ainda a organização e a subordinação à função reprodutora. [...]

Nos “Três ensaios...”, Freud (1996f) considerou que, embora a concentração das pulsões parciais sob primazia da genitália não ocorresse na infância (ou ocorresse apenas de forma incompleta), ainda nesta época seria feita uma escolha objetual como aquela característica da puberdade, na qual orienta-se para uma única pessoa o conjunto das aspirações sexuais, que pretendem alcançar com ela seus objetivos. Esta escolha seria a característica de maior aproximação da forma definitiva da vida sexual depois da puberdade, com resultados que se prolongam por épocas posteriores, conservando-se ou renovando-se no púbere (Freud, 1996f). Essa forma de pensar é retificada em “A organização genital infantil (1923)” (Freud, 2011c, p. 152), com a afirmação de que nesta fase:

[...]o interesse nos genitais e sua atividade adquirem uma significação preponderante, que pouco fica a dever àquela da maturidade. A principal característica dessa “organização genital infantil” constitui, ao mesmo tempo, o que a diferencia da definitiva organização genital dos adultos, consiste no fato de que, para ambos os sexos, apenas um genital, o masculino, entra em consideração. Não há, portanto, uma primazia genital, mas uma primazia do falo.

Conforme a criança se desenvolve, surge uma atividade investigativa despertada pela chegada de um novo bebê na família (Freud, 1996f) ou a observação de outras famílias (Freud, 2015). Deste modo, ocupa-se da questão da origem dos bebês. Ao abordar este ponto, Freud (1996f) destacou que a criança não coloca inicialmente sob questionamento o tópico da diferença sexual por aceitar com naturalidade a existência do pai e da mãe (embora seja feita

uma correção a respeito dessa aceitação no que se refere à menina, em outro texto freudiano que será citado a seguir). Em “Sobre as teorias sexuais infantis (1908)”, Freud (2015, p. 394) assevera: “dado que conhecem o pai e a mãe desde que podem se lembrar, tomam a presença deles como uma realidade que não requer maior investigação”.

Freud (1996f, 2015) pontuou ainda que o menino assume que todas as outras pessoas com quem trava conhecimento possuem uma genitália igual à que ele possui, de modo que não imagina a falta dela em sua representação destas pessoas. Esta forte convicção é o que caracteriza o Complexo de Castração e só é abandonada após custosos conflitos internos. Envolve-se neste Complexo a inveja do falo (pênis), segundo explicado na teoria freudiana (Freud, 1996f, p. 119):

A suposição de uma genitália idêntica (masculina) em todos os seres humanos é a primeira das notáveis e momentosas teorias sexuais infantis. Tem pouca serventia para a criança que a ciência biológica dê razão a seu preconceito e tenha de reconhecer o clitóris feminino como um autêntico substituto do pênis. Já a garotinha não incorre em semelhantes recusas ao avistar os genitais do menino, com sua conformação diferente. Está pronta a reconhecê-lo de imediato e é tomada pela inveja do pênis, que culmina no desejo de ser também um menino, tão importante em suas conseqüências.

Como se pode ver, a falta de questionamento sobre a existência de alguma diferença entre pai e mãe leva à assunção, pelo menino, de que são iguais no que tange à aparelhagem genital; já a menina é mais propensa a levantar esta questão. No texto “Algumas conseqüências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos”, de 1925, Freud (2011b) ressalta que, ao examinar as primeiras configurações psíquicas da vida sexual na criança, tomou como objeto o garoto pequeno e assumiu que a garota pequena devia passar por processos semelhantes, com alguma diferença sobre a qual ele estava incerto. Ele tenta então traçar o percurso percorrido pela menina, que descobre sua zona genital e dá início à masturbação, o que a leva a notar em seguida o pênis de um irmão ou companheiro de jogos como contrapartida superior e de tamanho notável do seu próprio órgão pequeno e oculto, resultando em inveja do pênis. Sendo assim, Freud (2011b) faz uma retificação aos Três ensaios em nota de rodapé, afirmando que antes considerava que o interesse sexual das crianças não seria despertado pela diferença entre os sexos, mas isto não é verdadeiro no caso da menina. O psicanalista austríaco revela também o contraste entre as reações à descoberta da diferença entre os sexos (pp. 261-262):

Eis um interessante contraste no comportamento dos dois sexos: na situação análoga, quando o garoto avista pela primeira vez a região genital da menina, ele se mostra inicialmente indeciso, pouco interessado; ele nada vê, ou recusa* sua percepção, enfraquece-a, busca expedientes para harmonizá-la com sua expectativa. Somente depois, quando uma ameaça de castração teve influência sobre ele, tal observação lhe será significativa; sua recordação ou renovação suscita nele uma terrível tempestade de afetos e o força a crer na realidade da ameaça até então desdenhada.

No trecho acima, Freud (2011b) afirma que a observação da anatomia feminina não tem efeito imediato por si só. Explicaremos isto a seguir. Quando o menino manipula o pênis com frequência, mostrando seu interesse pelo genital, sendo flagrado e descobrindo então que os adultos não aprovam seu comportamento. Deste comportamento, ou daquele de molhar a cama (que os cuidadores interpretam como excessiva ocupação com o pênis), resulta uma ameaça de castração que num primeiro momento é desacreditada pelo menino, isto até que ele tenha a visão da falta do pênis naquele ser tão semelhante a ele que é a menina (Freud, 2011b, 2015).

Após este olhar sobre a vida infantil, convém focar na puberdade e na vida adulta. Quando chega a puberdade, a pulsão sexual anteriormente auto-erótica encontra um objeto sexual para o qual as pulsões parciais se conjugam, assim como as zonas erógenas se submetem à zona genital. Para que haja a normalidade da vida sexual, faz-se necessário que duas correntes possam convergir em direção ao objeto sexual e à meta sexual: a de ternura e a sensual. Seguindo esta lógica, Freud (1996f) defendeu a teoria de que a escolha objetual se dá em dois tempos: o primeiro se inicia entre os dois e os cinco anos de idade e seu efeito retrocede ou é detido pelo período de latência; o segundo coincide com a puberdade, e nele a configuração definitiva da vida sexual é determinada, marcada por uma escolha de objeto que deve fazer renúncia aos objetos infantis e recomeçar como corrente sensual, pois a “não confluência dessas duas correntes têm como conseqüência, muitas vezes, a impossibilidade de se alcançar um dos ideais da vida sexual - a conjugação de todos os desejos num único objeto” (p. 122) .

Nesse desenrolar, o alvo sexual atribui funções diferentes aos dois sexos: a descarga e recepção dos produtos sexuais, conforme o caso (Freud, 1996f). Outra mudança ocorrida neste período, segundo Freud, é a separação entre caracteres masculinos e femininos de forma mais nítida do que era na infância:

É certo que já na infância se reconhecem bem as disposições masculinas e femininas; o desenvolvimento das inibições da sexualidade (vergonha, nojo,

compaixão etc.) ocorre nas garotinhas mais cedo e com menor resistência do que nos meninos; nelas, em geral, a tendência ao recalçamento sexual parece maior, e quando se tornam visíveis as pulsões parciais da sexualidade, elas preferem a forma passiva. Mas a atividade auto-erótica das zonas erógenas é idêntica em ambos os sexos, e essa conformidade suprime na infância a possibilidade de uma diferenciação sexual como a que se estabelece depois da puberdade (Freud, 1996f, p. 134)

Não obstante Freud (1996f) ter se remetido a disposições masculinas e femininas, posteriormente o autor decide que não se pode falar de fato em masculino e feminino neste período do desenvolvimento. Desse modo, em “A organização genital infantil (1923)”, Freud (2011c, p. 155) explica:

É importante ter em vista as mudanças que [a criança] experimenta, no desenvolvimento sexual infantil, a polaridade sexual que nos é familiar. Uma primeira oposição é introduzida com a escolha do objeto, que naturalmente pressupõe sujeito e objeto. No estágio da organização pré-genital sadicoanal não se pode ainda falar de masculino e feminino, prevalece a oposição de *ativo* e *passivo*. No estágio da organização genital infantil que então se segue há *masculino*, mas não feminino; a oposição é: *genital masculino* ou *castrado*. Apenas ao se completar o desenvolvimento, na época da puberdade, a polaridade sexual coincide com *masculino* e *feminino*. O masculino reúne o sujeito, a atividade e a posse do pênis, o feminino assume o objeto e a passividade. A vagina é então estimada como abrigo do pênis, torna-se herdeira do ventre materno.

É possível ver que, como ponto de diferença entre o desenvolvimento entre o homem e a mulher, Freud aponta os caminhos pelos quais se fixa o primado das zonas genitais durante a puberdade. Nesse período, o homem desenvolve um membro capaz de ereção que toma como alvo sexual a penetração numa cavidade do corpo que excite sua zona genital, e nesta relação se consuma um reencontro com um objeto sexual da infância (quando a pulsão sexual se apoia na nutrição e tem um objeto fora do corpo): o seio materno (Freud, 1996f). A mulher abandona a masturbação clitoridiana, reconhecendo que não pode fazer frente ao homem, abandonando a concorrência com eles, que era pautada na inveja do pênis/falo (ou na descoberta da “inferioridade do clitóris”) (Freud, 2011b).

Freud também analisa o encontro do objeto sexual com os aspectos psíquicos (anímicos) do gênero. Comentando as relações gregas nos “Três ensaios...”, Freud (1996f) considerou que a exteriorização da indumentária e do porte femininos satisfazia ao ideal dos “invertidos”, uma vez que os homens gregos mais viris estavam entre os invertidos. Segundo ele, o que despertava a atração do homem não seria o caráter masculino do jovem, mas seus

atributos anímicos (psíquicos) femininos (que seriam a timidez, o recato e a necessidade de ensinamentos e assistência) e alguma semelhança física com a mulher. Ele acrescenta ainda que:

Mal se tornava homem, o efebo [jovem] deixava de ser um objeto sexual para o homem, e talvez ele próprio se transformasse num amante de efecos. Nesses casos, portanto, como em muitos outros, o objeto sexual não é do mesmo sexo, mas uma conjugação dos caracteres de ambos os sexos, como que um compromisso entre uma moção que anseia pelo homem e outra que anseia pela mulher, com a condição imprescindível da masculinidade do corpo (da genitália): é, por assim dizer, o reflexo especular da própria natureza bissexual. (Freud, 1996f, p. 90)

A prostituição masculina à época de Freud seguia caracterizada pela busca da feminilidade no homem, de acordo com o que ele revela nos Três ensaios (Freud, 1996f). Já no caso da inversão em mulheres (homossexualidade feminina), a exibição frequente de caracteres somáticos e anímicos masculinos por parte das invetidas ativas, que buscam feminilidade no objeto sexual (embora ele admita não dispor de conhecimento mais profundo sobre a possibilidade de variação nestas características) foi notada por ele. Quando Freud faz referência ao homem jovem “copiar as mulheres em todas as exteriorizações da indumentária e do porte” (Freud, 1996f, p. 90) e atrair ao homem mais velho e viril, assim como quando fala da busca de características femininas em seu objeto por parte de uma mulher que se expressa com características masculinas, parece válido perguntar-se sobre a possibilidade de que ele fazia referência à expressão de gênero, que, como explicado anteriormente, remete às vestimentas, ao gestual e ao modo de falar e interagir de uma pessoa, em suas expressões mais masculinas ou femininas em alguma medida.

Em seus “Três ensaios...” de 1905, Freud (1996f) comparou a opinião popular sobre a pulsão sexual a um mito que trata do homem e da mulher como partes divididas do ser humano que buscam o fim de unir-se novamente. Por conta disto, é motivo de espanto “tomar conhecimento de que há homens cujo objeto sexual não é a mulher, mas o homem, e mulheres para quem não o homem, e sim a mulher, representa o objeto sexual” (p. 84). Segundo ele, essas pessoas eram referidas como sendo de sexo contrário ou invertidas e provavelmente eram numerosas, embora não fosse possível mensurar com precisão. Assim, Freud nos revelou neste texto que a homossexualidade era chamada à época de “inversão” e foi tomada como sinal de degeneração nervosa.

Em nota acrescentada em 1920 aos “Três ensaios...”, Freud (2016) apoia as ideias de Ferenczi sobre a preferência do termo *homoerotismo*, que serviria melhor ao propósito de

reunir “certo número de estados muito diferentes e de valor desigual, tanto do ponto de vista orgânico como psíquico, por terem em comum o sintoma da inversão” (p. 36) do que o termo *homossexualidade*. Entretanto, Souza, Medeiros e Nunes (2018), afirmam que em “Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância”, de 1910, Freud substituiu gradualmente o termo inversão pelo termo homossexualidade.

As ideias freudianas ofereciam oposição à visão patologizante dos então chamados invertidos, propondo um entendimento da homossexualidade como apenas uma “variação da função sexual”, posição que Freud manteve com firmeza (Souza; Medeiros; Nunes, 2018). Ele até mesmo afirma em carta escrita em 1935 que “é uma grande injustiça, e também uma crueldade, perseguir a homossexualidade como se ela fosse um crime” (Freud, 2019, p. 271). Além disso, como exemplo deste posicionamento, faz-se indispensável citar uma nota de rodapé adicionada à edição de 1915 dos “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (Freud, 2016, p.34):

A investigação psicanalítica se opõe decididamente à tentativa de separar os homossexuais das outras pessoas, como um grupo especial de seres humanos. Estudando outras excitações sexuais além daquelas manifestadas abertamente, ela sabe que todas as pessoas são capazes de uma escolha homossexual de objeto e que também a fizeram no inconsciente. De fato, ligações afetivas libidinosas com pessoas do mesmo sexo não têm, como fatores da vida psíquica normal, papel menor - e, como motores do adoecimento, têm papel maior - do que aquelas que dizem respeito a pessoas do outro sexo. [...]

Entre os chamados invertidos, Freud (1996f) distinguia três tipos: 1- invertidos absolutos, que são aqueles para os quais o gênero oposto nunca é objeto sexual; 2 - invertidos anígenos, também chamados hermafroditas sexuais, que não têm como objeto exclusivamente o sexo oposto; e 3 - invertidos ocasionais, que por não terem acesso ao objeto sexual normal tomam como objeto sexual uma pessoa do mesmo gênero. Desse modo, o autor fez referência a diferentes indivíduos a partir do prisma da inversão, podendo-se pensar que o primeiro tipo de invertido citado define a pessoa homossexual, enquanto o segundo já parece incluir em pauta as pessoas que tem como orientação sexual a bissexualidade, ou até mesmo a pansexualidade (ambas sexualidades que não limitam o objeto sexual a um único gênero). Além disso, Freud (2016) adicionou em 1920 aos Três Ensaio, em trecho em que tratava da inversão, uma nota sobre ideias de Ferenczi disseminadas em 1911 que já tinham um pé no estudo das transexualidades, como revelam Lima e Vorcaro (2020).

Com o avanço de suas teorias, Freud traz hipóteses sobre a homossexualidade parecendo recorrer em menor medida à inversão. Em “O Eu e o Id (1923)”, Freud (2011d) nos fala de como o menino desenvolve um investimento objetal na mãe através do contato com o seio materno (o que constitui o protótipo de escolha objetal por apoio) e encontra no pai uma identificação. O desejo pela mãe se intensifica e o pai é percebido então como um obstáculo, tornando a identificação com ele uma relação hostil e resultando no Complexo de Édipo em sua forma simples e positiva. Por ameaça do Complexo de Castração, o Édipo segue para sua dissolução, como Freud (2011a, p.186) explica em “A dissolução do complexo de Édipo (1924)”:

O complexo de Édipo ofereceu ao menino duas possibilidades de satisfação, uma ativa e uma passiva. Ele pôde, masculinamente, colocar-se no lugar do pai e tal como este relacionar-se com a mãe, caso em que o pai logo foi visto como empecilho, ou quis substituir a mãe e se fazer amar pelo pai, caso em que a mãe se tornou supérflua. O menino pode ter tido somente ideias vagas do que constitui a relação sexual satisfatória; mas sem dúvida o pênis tinha participação nela, pois as sensações do seu próprio órgão atestavam isso. Ainda não havia por que duvidar da existência de pênis na mulher. Admitir a possibilidade da castração, perceber que a mulher é castrada punha fim às duas possibilidades de obter satisfação do complexo de Édipo. Pois ambas acarretavam a perda do pênis, uma, a masculina, como castigo, a outra, feminina, como pressuposto. Se a satisfação amorosa no terreno do complexo de Édipo deve custar o pênis, tem de haver um conflito entre o interesse narcísico nessa parte do corpo e o investimento libidinal dos objetos parentais. Nesse conflito vence normalmente a primeira dessas forças; o Eu da criança se afasta do complexo de Édipo.

Com isto, o investimento objetal na mãe é abandonado e surge uma identificação com a mãe ou um fortalecimento da identificação com o pai. Este último caso é o mais comum e aquele que consolida a masculinidade do menino, mas não é a única possibilidade, pois “O garoto quer também assumir o lugar da mãe como objeto amoroso do pai, o que designamos como postura feminina” (Freud, 2011b, p.259). Em relação a isto, Freud (2011d, p.30) menciona a interferência da bissexualidade:

[...] o menino tem não só uma atitude ambivalente para com o pai e uma terna escolha objetal pela mãe, mas ao mesmo tempo comporta-se como uma garota, exhibe a terna atitude feminina com o pai e, correspondendo a isso, aquela ciumenta e hostil em relação à mãe. Essa interferência da bissexualidade torna muito difícil compreender as primitivas identificações e escolhas objetais, e ainda mais difícil descrevê-las de modo inteligível. Também pode ser que a ambivalência constatada na relação com os pais deva se referir inteiramente à bissexualidade, e não, como apresentei acima, ter se desenvolvido a partir da identificação, pela atitude de rivalidade.

Em relação à importância do complexo de castração ao qual sucumbe o Édipo e aos destinos da bissexualidade, Freud (2015) retoma a ideia da presença universal da genitália masculina para abordar o assunto da homossexualidade. A genitália da mulher “castrada” pode se tornar algo aversivo no indivíduo homossexual, em lugar de algo prazeroso:

A ideia da mulher com um pênis retorna mais adiante na vida, nos sonhos do adulto; em excitação sexual noturna, ele derruba uma mulher, tira-lhe a roupa e se prepara para o coito - então enxerga um membro desenvolvido no lugar dos genitais femininos, interrompendo o sonho e a excitação. [...] Se tal ideia da mulher com o pênis é "fixada" no garoto, resistindo a todas as influências da vida posterior e tornando o adulto incapaz de renunciar ao pênis em seu objeto sexual, esse indivíduo, ainda com uma vida sexual normal em outros aspectos, deverá se tornar um homossexual, buscando seus objetos sexuais entre os homens que, por outras características somáticas e psíquicas, recordam-lhe a mulher. A mulher real, como depois ele vem a conhecer, permanece-lhe impossível como objeto sexual, pois não tem o encanto sexual essencial, podendo mesmo, ligada a outra impressão da vida infantil, tornar-se um horror para ele. (Freud, 2015, p.399-400)

É interessante notar que Freud (2013) já trazia em “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci (1910)” a ideia da influência de uma mulher com características masculinas sobre o homossexual, mas focando no apego do indivíduo a essa figura feminina. Na infância destas pessoas haveria intensa ligação erótica com a mãe, caracterizada por ternura excessiva da parte dela e sustentada por um distanciamento do pai, de modo que o menino fica apenas sob influência feminina. Também é citada a ocorrência frequente de traços masculinos enérgicos nas mães, que poderiam retirar o pai de sua posição.

Assim sendo, Freud (2013) teoriza que, conquanto o amor à mãe não pode acompanhar o desenvolvimento consciente, ele é reprimido e o menino se identifica com a mãe e toma a pessoa dela como modelo para suas relações. Fixado na figura da mãe, o homossexual teria um retorno ao autoerotismo e uma necessidade de permanecer fiel a esta mãe, pois:

[...] os garotos que o adolescente agora ama são apenas sucedâneos e reiterações de sua própria pessoa infantil, que ele ama tal como sua mãe o amou quando criança. Dizemos que ele encontra seu objeto amoroso pela via do *narcisismo*. [...] o indivíduo que assim se tornou homossexual permanece fixado inconscientemente na imagem-lembrança da mãe. Pela repressão do amor à mãe, ele a conserva em seu inconsciente e lhe permanece fiel. Quando parece correr atrás de garotos, na qualidade de amante, na realidade corre das outras mulheres, que poderiam torná-lo infiel [...] (Freud, 2013, p.119)

De forma semelhante ao menino, com a dissolução do Complexo de Édipo a menina pode ter o estabelecimento ou fortalecimento da identificação com a mãe, o que fixaria sua feminilidade, ou pode se identificar com o pai após perdê-lo como objeto amoroso (Freud, 2011a). Entretanto Freud (2011a, 2011b) também aponta na menina a influência do complexo de masculinidade (não entender a falta do pênis como característica sexual), uma vez que o clitóris dela se comporta primeiramente como um pênis, mas um que ela eventualmente nota que não faz frente ao de um menino, explicando isto pela hipótese de castração. Neste complexo de masculinidade, caso não superado, a menina se mantém na esperança de ter um pênis, recusando-se a admitir sua castração e até mesmo ficando convicta de que tem um pênis, sentindo-se então compelida a agir como homem. Mais à frente, no texto “Sobre a sexualidade feminina”, de 1931, Freud (2010) afirma de forma direta que o complexo de masculinidade pode resultar na homossexualidade manifesta.

Como outro efeito da comparação do clitóris com o órgão genital masculino, Freud (2011b) aponta uma resistência das mulheres à masturbação, da qual ele deduz que a masturbação do clitóris é uma prática masculina e sua interrupção seria uma condição para o desenvolvimento da feminilidade na época da puberdade (Freud, 2011b, 2015). O autor associa esta interrupção à inveja do pênis porque ela surge seguida de uma corrente contrária à masturbação, porém ele ressalta que este obstáculo à atividade autoerótica pode não atingir sua meta. Por fim, Freud (2011b) esclarece a interação do complexo de masculinidade com o Édipo na menina comentando uma revolta contra a masturbação do clitóris (fálica) que ele associa com a humilhação narcísica relacionada à inveja do pênis, a lembrança de não poder ficar à altura dos garotos, de modo que ela põe de lado a concorrência com eles. Assim, a menina reconhece a diferença sexual anatômica e é impelida a afastar-se da masculinidade e da masturbação masculina, indo em direção ao desenvolvimento da feminilidade. Segundo Freud (2011b, p. 265-266), a partir do complexo de Édipo:

[...] a libido da garota passa — ao longo da equação simbólica pênis = criança, é tudo o que podemos dizer — para uma nova posição. Ela abandona o desejo de possuir um pênis, para substituí-lo pelo desejo de ter uma criança, e com esta intenção toma o pai por objeto amoroso. A mãe se torna objeto de ciúme; a menina se tornou uma pequena mulher. [...] Se depois essa ligação ao pai fracassar e tiver de ser abandonada, pode ceder lugar a uma identificação com o pai, pela qual a menina retorna ao complexo de masculinidade e eventualmente se fixa nele.[...]

No que toca à relação entre complexo de Édipo e complexo de castração, surge um contraste fundamental entre os dois sexos. Enquanto o complexo de Édipo do menino sucumbe ao complexo de castração, o da menina é possibilitado e introduzido pelo complexo de castração. Essa contradição é esclarecida se ponderarmos que o complexo de castração sempre age no sentido de seu conteúdo, inibindo e limitando a masculinidade e promovendo a feminilidade. A diferença, neste trecho do desenvolvimento sexual do homem e da mulher, é uma consequência

compreensível da diversidade anatômica dos genitais e da situação psíquica a ela relacionada; corresponde à diferença entre a castração realizada e aquela apenas ameaçada. [...]

Em “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina (1920)”, Freud (2011e) revelou que as práticas homossexuais femininas vinham recebendo menos atenção das leis e da pesquisa psicanalítica do que aquelas de indivíduos de gênero masculino, embora fossem tão frequentes quanto, de modo que o psicanalista austríaco considerou digno de compartilhamento um caso “simples”, em suas palavras. Ao se debruçar sobre o caso, conclui que a menina em questão sofreu o fracasso da ligação com o pai porque a mãe (a rival) teve um filho deste pai. A menina se revolta, dando as costas ao pai, aos homens e à sua feminilidade, o que implica na busca de outra colocação para a sua libido, ou seja, “após aquela decepção a garota havia afastado de si o desejo de um filho, o amor a um homem e o papel feminino. [...] Ela converteu-se em homem e tomou a mãe, em vez do pai, como objeto de amor” (Freud, 2011e, p. 115).

Finalizamos a exposição das contribuições Freud, após falar da homossexualidade, abordando a bissexualidade. Além da menção aos invertidos anfigenos, Freud (2016) também parece mencionar a bissexualidade em outro ponto. Na mesma nota de rodapé de 1915 dos Três Ensaio em que enfatiza a ideia de que homossexuais não devem ser separados do resto da população, ele discorre sobre o interesse da psicanálise na “escolha objetal independente do sexo do objeto, a possibilidade de dispor livremente de objetos masculinos e femininos” (p. 34). No entanto, ele se refere a essa característica em idade infantil, em estados primitivos e em épocas antigas, como uma atitude original que é ponto de partida para que se desenvolvam o tipo normal e o invertido através de restrições de um lado ou outro.

Neste ponto, Freud (2016) aparenta estar se referindo à ideia de bissexualidade primária, enquanto no trecho sobre “hermafroditas sexuais” dos Três ensaios sobre a teoria da sexualidade (Freud, 1996f), seu discurso se concatena mais com a definição contemporânea da bissexualidade enquanto orientação sexual (ou seja, a “bissexualidade manifesta”). De acordo com Jorge e Travassos (2021, p. 33), para Freud:

A bissexualidade designa a aptidão de todo sujeito para investir libidinalmente em objetos de ambos os sexos. Logo, ela está presente em todos os sujeitos, que apresentam investimentos libidinais homo e heterossexuais, latentes e manifestos, em proporções diversas construídas de forma singular ao longo da história de cada um, podendo inclusive, em alguns casos, dar origem a uma autêntica bissexualidade manifesta.

3.2 OS PIONEIROS FERENCZI E HIRSCHFELD

Em nota de rodapé nos Três ensaios, Freud (2016) menciona as ideias de Ferenczi acerca do que este chamou de “homoerotismo”, dizendo que ele apresentou ideias significativas sobre a inversão. Ferenczi (1914) fazia distinção específica entre pelo menos dois tipos de homoerotismo: “o do *homoerótico no sujeito*, que se sente e se comporta como mulher, e o *homoerótico no objeto*, que é viril e apenas troca o objeto feminino por um do mesmo sexo” (p. 36, grifos do autor). Entretanto, Freud enfatiza que Ferenczi cometeu um erro ao reconhecer o primeiro como verdadeiro “estágio sexual intermediário”, no sentido de Magnus Hirschfeld, enquanto vê no segundo a neurose obsessiva. Em relação a isto, é mister citar as pertinentes contribuições de Hirschfeld, que viria a ser um dos fundadores da Sociedade Psicanalítica de Berlim, elencadas por Gherovici (2018, p. 132-133, grifos da autora):

O termo “travesti” foi inventado pelo “Einstein do Sexo” – como foi chamado Magnus Hirschfeld –, em 1910, para descrever aqueles que ocasionalmente usavam roupas do outro sexo. Hirschfeld, um ativista reformador que lutou pela legalização da homossexualidade, buscava despatologizar as sexualidades não normativas.[...] Hirschfeld desenvolveu uma teoria dos intermediários sexuais, alegando que a existência de dois sexos opostos era uma simplificação excessiva e que se podia observar muitas variedades de intermediários. Pioneiro na luta pelos direitos das pessoas trans, ele argumentou que o trans não poderia ser reduzido a homossexual, fetichista ou a qualquer forma de patologia.[...] Os dados empíricos de Hirschfeld mostram que as expressões não normativas da sexualidade não são necessariamente patológicas, revelando que os travestis não eram só homens e mulheres homossexuais ou bissexuais, mas, ao contrário da crença popular, muitos eram heterossexuais. Também observou que alguns travestis eram assexuados (o *automonossexual* era seu termo); o grupo *assexuvel* levou eventualmente a classificação dos transexuais na década de 1950. [...]

Com o trecho acima, fica clara a referência que Freud (2016) fez ao comentar as ideias de Ferenczi. Lima e Vorcaro (2020) afirmam que, ao distinguir a inversão na escolha do objeto da inversão na posição do próprio sujeito, Ferenczi (1992) esteve próximo de uma distinção pioneira em relação à transexualidade, antecipando a conceituação dela (que surgiu próxima ao século XX, sob o nome patologizante de transexualismo). Os autores explicam que, apesar de avançar em relação a este conceito, o psicanalista húngaro falhou em perceber a distinção entre homens cisgêneros homossexuais afeminados (características que remetem a

identidade de gênero, orientação sexual e expressão de gênero, respectivamente, em consonância com os conceitos explicados anteriormente neste artigo) e mulheres trans (identidade de gênero); mesmo que Stoller tenha tentado sistematizar uma distinção entre transexual, travesti e homossexual afeminado antes dele, em 1975 (Gherovici, 2018). Nas palavras de Lima e Vorcaro, Ferenczi fez uma:

Antecipação na medida em que esse homoerotismo “por inversão de sujeito” diria respeito a um homem “que se sente mulher em suas relações com os homens”, sendo ele “invertido” quanto ao seu próprio eu, de maneira que o sujeito “se sente mulher não só durante as relações sexuais, mas em todas as demais relações de sua existência” (Ferenczi, 1911/1992, p. 119). No entanto, o autor, apesar de estar surpreendentemente perto de um ponto subversivo, logo irá recair numa antiga confusão, ainda atual, entre homens cisgêneros homossexuais afeminados e mulheres transexuais, colocando em uma só categoria esses dois tipos de sujeito. Faltavam a Ferenczi as noções de identidade de gênero e papel de gênero para isolar as diferenças entre essas duas posições. (Lima; Vorcaro, 2020, p. 05)

3.3 DA VISIBILIDADE HOMOSSEXUAL À CONSTITUIÇÃO DE UM GRUPO MAIS AMPLO DE IDENTIDADES

Anteriores às tentativas de elucidação da psicanálise, tem-se notícia de práticas homossexuais desde a antiguidade (embora não fossem classificadas como tal), sendo caso notável as relações entre homens na Grécia (Jorge; Travassos, 2021; Souza; Medeiros; Nunes, 2018). Entretanto, no período medieval, a Europa ocidental passou a condenar estas práticas com base no cristianismo (Souza; Medeiros; Nunes, 2018). Jorge e Travassos (2021, p. 28) apontam o argumento do Antigo Testamento bíblico (século V a.C.) que toma como base a função reprodutora para sustentar uma complementaridade entre homem e mulher: “eles haviam sido criados por Deus de modo que sua união levasse à multiplicação, sendo esta, portanto, a única prática sexual natural e aceitável”. Fone (2008 *apud* Jorge; Travassos, 2021) traz uma importante discussão sobre o termo “sodomia”, que, surgido a partir da interpretação do filósofo Fílon de Alexandria sobre a Bíblia, passou a ser usado para designar as relações homossexuais. A passagem que conta da chegada de dois anjos a Sodoma, na qual são ameaçados de sofrer violência por um grupo de bandidos, não tem como única interpretação a sodomia, e os trechos bíblicos que fazem referência direta à conduta homossexual não remetem ao acontecido em Sodoma (Fone, 2008 *apud* Jorge; Travassos, 2021).

No período inicial da Idade Média, a punição para a homossexualidade era a penitência, mas ela logo passou a ser punível com a morte na fogueira e sua rejeição ganhou até mesmo elementos de xenofobia a partir do século XII por ser associada com indivíduos muçulmanos (Richards, 1993 *apud* Jorge; Travassos, 2021). Em meio ao século XVI, a sodomia foi criminalizada em Portugal e suas colônias e também na Inglaterra, então dois séculos depois a França foi o primeiro país a descriminalizar a homossexualidade, no final do século XVIII, seguida do Brasil, no início do século XIX (Jorge; Travassos, 2021).

Em 1848 a homossexualidade passa do âmbito da criminalidade para o foco das lentes do saber médico, sendo-lhe rendidos os nomes de *erotomania* por Alexander Morrison e *delírio de insanidade amorosa* por Clérambault. Assim, ficavam estabelecidos dois quadros psiquiátricos que não dão foco em sua descrição nem ao crime nem ao sexo, mas ao amor (Jorge; Travassos, 2021).

Nesse contexto, Simões e Facchini (2009) defendem a posição de que os movimentos LGBT da modernidade teriam sido produzidos através da reapropriação e reelaboração da noção de "homossexual" surgida no campo das teorias biomédicas do século XIX que buscavam mapear “[...] toda sorte de anomalias, perversões ou ameaças na esfera da sexualidade (incluindo a prostituição e as relações extraconjugais) que poderiam causar dano à saúde da família [...]” (p. 37). Tais teorias tentavam estabelecer um modelo de sexualidade moral e saudável, de caráter heterossexual, cisgênero, com vínculo conjugal, monogâmico e voltado para a reprodução. A atenção especial voltada ao estudo da homossexualidade acabou por definir o homossexual como “um tipo específico de pessoa, dotado de constituição corporal e disposições psicológicas singulares” (Simões; Facchini, 2009, p. 38).

O jurista alemão Karl-Heinrich Ulrichs, que se empenhou em classificar diferentes tipos de homossexuais entre 1864 e 1879, adotou em 1864 o termo "uranista" para se referir aos sujeitos que sentiam atração por alguém do mesmo gênero (sendo ele mesmo um destes sujeitos e podendo ser considerado o primeiro ativista gay da história, de acordo com a concepção contemporânea do termo) e que seriam um “terceiro sexo” (nem masculino nem feminino) ou pessoas com "alma de mulher aprisionada num corpo de homem" e vice-versa (Simões; Facchini, 2009; Jorge; Travassos, 2021). Freud (2013) menciona esta ideia do terceiro sexo em seu “Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci”, de 1910, apoiando as reivindicações do “ativismo homossexual” da época, mas rejeitando suas teorias sobre a gênese da sexualidade.

Com o tempo, a palavra “homossexual”, criada em 1869 por Karl-Maria Benkert (que depois mudaria seu nome para Károli Maria Kertbeny) para substituir o termo pederasta

acabou se popularizando, obscurecendo o uranismo (Ambra, 2016; Jorge; Travassos, 2021; Simões; Facchini, 2009). Ambra (2016) enfatiza que Kertbeny não era médico nem sexólogo, mas sim um *tradutor* focado em difundir as obras escritas em alemão e em húngaro que escreveu anonimamente panfletos que falavam da descriminalização da homossexualidade (cunhando assim o nome).

Ambra (2016) ressalta ainda que Kertbeny (1869) não usou extensamente o termo “inversão” (de uso comum no fim do século XIX, até mesmo por Freud) nem se prendeu à ideia de uma sexualidade normal em contraposição à homossexualidade, pois ele mesmo criou também a noção de heterossexualidade para tratar de expressões distintas da pulsão. Além disso, o autor esclarece que a invenção e sobrevivência da noção de heterossexual:

[...]problematiza o que até então era tomado como natural e evidente. O ato de nomear o discurso dominante da sexualidade como distinto de um natural, de um universal silencioso é um ato político por excelência, pois dar um nome é confrontar o sujeito com a impossibilidade de uma suposição imaginária compartilhada e, portanto, leva necessariamente a um questionamento sobre sua posição no discurso do Outro. Dito de outra maneira, nós humanos quase sempre acreditamos que falamos e agimos no mundo a partir de uma perspectiva externa e universal. Mas quando alguém dá um nome à nossa posição, percebemos que ela pode ser apenas uma entre muitas e passamos a nos enxergar mais como objetos de um discurso do que como agentes neutros. (Ambra, 2016, p. 104)

Posteriormente, surgiram textos influenciados pelos escritos de Ulrichs, entre eles os artigos do psiquiatra alemão Karl Westphal, do psiquiatra austríaco Richard Freiherr von Krafft-Ebing e do médico brasileiro José Ricardo Pires de Almeida e outros, que desenvolveram a concepção da homossexualidade como “inversão sexual”, que decorria “de causas biológicas, tais como degeneração hereditária, patologia congênita ou defeitos hormonais” (Simões; Facchini, 2009, p. 38). Krafft-Ebing tentou ainda fazer diferença entre tipos de invertidos: os “verdadeiros” (aqueles em que a inversão estava inscrita em sua natureza, de modo que não poderia recair culpa sobre eles) e os que praticavam atos homossexuais por “simples perversão” (Simões; Facchini, 2009).

Como foi dito acima, influenciado por Ulrichs, Westphal se dedica ao estudo da inversão. Em relação a isto, Ambra (2016) destaca que Foucault (1976) tomou como data de nascimento da identidade homossexual (que antes constituía apenas uma infração penal) um artigo de Westphal, de 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias”, em que ela aparece enquanto categoria psicológica, psiquiátrica e médica. No processo para que a

homossexualidade apareça como uma forma de sexualidade, ela passa da sodomia para a “androgenia interior” ou o “hermafroditismo da alma” e o indivíduo que toma parte no conjunto das práticas homossexuais ganha novas roupagens, pois “o sodomita era um relapso, agora o homossexual é uma espécie” (Foucault, 1976 *apud* Ambra, 2016, p. 102).

Embora Foucault faça um ponto interessante sobre a transformação da identidade dos homossexuais, Davis (2010 *apud* Ambra, 2016) faz ressalvas quanto ao teor do artigo de Westphal. Este não menciona a homossexualidade e as experiências que descreve (tendência para vestir roupas de mulher e sofrimento por ser feminino) são apontados por Ambra (2016) como sendo mais característicos da experiência trans. Tobin (2015), citado por Ambra (2016), indica que considerar o nascimento da homossexualidade como algo apenas médico e patologizado é mais do que ignorância da parte de Foucault, uma vez que, mesmo que o nome de Kertbeny lhe fosse estranho, ele teve contato com as ideias de Ulrichs, que foi referenciado por Westphal em seu artigo e pode ser considerado o primeiro ativista de causas LGBTTQI por lutar pela reforma sexual já em meio ao século XIX.

Em 1883, Emil Kraepelin funda a psiquiatria moderna e o conceito de *conträre sexuellempfindung* (sentimento sexual contrário) passa a integrar categorias nosológicas, quase todas elas se referindo a um estado anormal ou degenerativo (Jorge; Travassos, 2021). Bem próximo disto, Freud começa a se ocupar da bissexualidade e assim segue “durante 40 anos, desde 1897 até o grande teste clínico de 1937, acompanhando *pari passu* a descoberta e as elaborações em torno do complexo de Édipo” (Delouya, 2003, p. 208). Também em 1897, Ellis lançava seu *Studies in the Psychology of Sex*, que, dedicado ao estudo da inversão sexual, trazia a homossexualidade como disposição inata, não havendo sentido em se falar de uma cura (Simões; Facchini, 2009).

Ademais, Freud atesta em 1908 no texto “Sobre as teorias sexuais infantis” (Freud, 2015) e em 1920 no “Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina” (Freud, 2011e) sobre a ineficácia dos esforços de produzir mudança de objeto nos homossexuais, contraindicando a tentativa de “cura”. Nesse sentido, Ferenczi (1911 *apud* Lima; Vorcaro, 2020) se referiu em seu texto sobre homoerotismo, “Zur Nosologie der männlichen Homosexualität (Homoerotik)”, a tentativas falhadas de curar homossexuais de suas escolhas de objetos. Não obstante, após a fundação da *American Psychiatric Association* (APA), a homossexualidade foi classificada como doença sexual no rol das doenças mentais em 1921 (Jorge; Travassos, 2021).

Com a entrada no século XX, a discussão se amplia com a participação de autores como Foucault e Butler. Borges *et al* (2013, p. 734) revelam que as perspectivas

epistemológicas dessa discussão a que se abriu espaço a entrarem em voga são “a perspectiva empiricista, baseada nas abordagens essencialista e de socialização, e a pós-moderna, baseada na abordagem construcionista”. Explicam ainda que a postura empirista orientou a psicologia no estudo do tema na primeira metade do século XX, até que entram em cena as perspectivas pós-moderna e *queer*.

A postura empiricista de base essencialista defende a ideia de estabilidade do gênero, que é propriedade inata e bipolarizada. Sua vertente fundamentada na socialização entende o gênero como resultado de forças sócio-culturais, apoiando-se, inicialmente, na androginia e, mais tarde, na teoria dos papéis (de que homens e mulheres internalizam identidades através da socialização) em detrimento da teoria das diferenças sexuais. No entanto ela tem em comum com a abordagem essencialista a visão dicotômica, interna e imutável do gênero (Nogueira, 2001 *apud* Borges *et al*, 2013).

A perspectiva do construcionismo social, que fundamenta a postura pós-moderna, teoriza um indivíduo e um mundo social desprovidos de essência para torná-los o que são, tarefa que fica a cargo de um processo social. Tendo Foucault como referência, o construcionismo pensa a sexualidade como produto de uma construção histórica e cultural, possibilitando considerar formas variadas de construir identidades de gênero e sexuais (Borges *et al*, 2013).

Nesse ínterim, as lésbicas ganharam mais visibilidade nas capitais europeias em meio a artistas e intelectuais, por conta do surgimento de espaços de sociabilidade lésbica, como em Berlim e em Paris (Simões; Facchini, 2009). Em Londres, Radclyffe Hall causou escândalo ao circular com roupas masculinas e lançar, 1928, um romance com protagonista lésbica masculinizada ao feitio da autora e das "invertidas", com prefácio de Havelock Ellis.

Entretanto, na década de 1930 surgiu na Alemanha, com prejuízo para o movimento homossexual europeu, a violência nazista e a condenação da homossexualidade, também presente na Rússia soviética de Stalin (Simões; Facchini, 2009). Vale ressaltar que Hirschfeld, que impulsionava uma aliança entre homens e mulheres homossexuais na busca por igualdade de direitos, já vinha enfrentando anteriormente a oposição de Friedländer dentro do movimento europeu porque este questionava a ideia de identidade homossexual compartilhada, buscando acentuar a diferença de gênero para criar um modelo de homossexuais viris e lésbicas femininas (Simões; Facchini, 2009).

Nos anos de 1940, o biólogo Alfred Kinsey realizava pesquisas nos Estados Unidos em questionamento do alcance das categorias "heterossexual" e "homossexual", pois para ele a sexualidade consistia num gradiente contínuo, em lugar de um universo compartimentado de

categorias nítidas (Simões; Facchini, 2009). No mesmo período, Sandor Rado atacava a teoria freudiana da bissexualidade, atribuindo a ela um viés biológico (que não era seu) e argumentando que sua aplicação foi desleixada, ao mesmo tempo em que chamava a homossexualidade de comportamento sexual doentio (Jorge; Travassos, 2021). Os interesses em jogo na tentativa de derrocada da bissexualidade freudiana são explicados por Jorge e Travassos (2021, p. 34):

Muitos autores norte-americanos influentes seguiram as teses de Rado, como Irving Bieber e Charles Socarides, dois ativistas da patologização da homossexualidade na comunidade psicanalítica norte-americana. Fica evidente que a abolição da teoria freudiana da bissexualidade serve diretamente aos propósitos de patologização da homossexualidade. Irving Bieber, por exemplo, afirmou: “Assumimos que a heterossexualidade é a norma biológica e que a menos que se interfira com ela todos os indivíduos são heterossexuais”! (Bieber, 1967, p. 368). O que de fato chama atenção é que os teóricos da patologização se apoiam numa pretensa “norma biológica” que eles mesmos não definem, a não ser por parâmetros morais.

Nos anos de 1940, Cauldwell (1949 *apud* Lima; Vorcaro, 2020) fez uma descrição da transexualidade enquanto transexualismo, doença hereditária de indivíduos mentalmente insalubres. Na década de 1950, a palavra transexualismo foi popularizada pelo endocrinologista Harry Benjamin, que trabalhou colaborativamente com o endocrinólogo Eugen Steinach (o primeiro a realizar cirurgias de mudança de sexo por transplantes de glândulas no final do século XIX) e enfatizou o aspecto biológico do então chamado transexualismo para explicar o fracasso da terapia, assim como deu poder aos psiquiatras para determinar quem seria apto para a cirurgia de mudança de sexo (Lima; Vorcaro, 2020). A influência das contribuições de Benjamin foi resultado da intervenção hormonio-cirúrgica feita em Christine Jorgensen, em 1953, época na qual o “transexualismo” se caracterizava por uma dissonância entre sexo (biológico) e algo ainda sem denominação que, posteriormente, definiu-se como gênero (ou identidade de gênero) (Jorge; Travassos, 2021). A partir da década de 1950, houve todo um percurso da interpretação patologizante de homossexuais, travestis e transexuais:

O primeiro *Diagnostic and Estatistical Manual of Mental Disorders* (DSM-I), publicado em 1952 pela APA, incluiu a homossexualidade sob a rubrica de Desvios Sexuais — juntamente com outras categorias como o transvestismo. Treze anos depois (1965), passou à subcategoria específica de *homossexualismo*[...]. Foi apenas a partir do DSM-III-R (1987) que a homossexualidade foi de fato retirada da lista de categorias diagnósticas, pois no DSM-III (1980) ela ainda constava sob a nomenclatura “Homossexualidade ego-distônica”. Porém, somente em 1990 a

Organização Mundial de Saúde (OMS) determinou que nenhuma orientação sexual deveria ser caracterizada por si mesma como um tipo de transtorno. Curiosamente, é no mesmo momento em que a homossexualidade é retirada do DSM-III-R que o Transtorno de Identidade de Gênero ganha lugar em suas páginas, abrangendo o espectro que compreende: transexualismo, não transexual e não especificado de outra forma. Teria a homofobia se alojado sub-repticiamente sob nova nomenclatura nos compêndios médicos? [...] (Jorge; Travassos, 2021, p.30)

Nesse contexto, Lima e Vorcaro (2020) destacam o esforço dos movimentos protagonizados por minorias sociais no século XX, como o feminismo, lutando pela emancipação das mulheres, e os coletivos LGBT pelo reconhecimento de grupos sexuais que não se enquadram na categorização heterossexual (no caso dos gays, das lésbicas e dos bissexuais) e transexuais ou travestis, em luta que buscavam, entre outras coisas, direitos iguais entre homens e mulheres, possibilidade de existência pública de pessoas LGBT, o reconhecimento jurídico de pessoas trans pelo nome social e o combate a variadas formas de violência: feminicídio, homofobia, lesbofobia, bifobia e transfobia. Gallop (2001) ressalta que, em meio a este ativismo, especificamente no fim da década de 1960, as feministas rejeitavam as ideias de Freud; entretanto, na década de 70 a aproximação entre Freud e o movimento feminista se tornou possível a partir da leitura que Lacan fazia dos textos freudianos.

Em 1980, surge na cena desses movimentos Monique Wittig, autora francesa radicada nos Estados Unidos que apontava equivalência entre a oposição de gêneros e a luta de classes e sustentava que a mulher só poderia existir em uma relação de oposição ao homem e à heterossexualidade, de modo que a lésbica seria figura emancipatória ao recusar a heterossexualidade (Simões; Facchini, 2009). Entretanto, em 1990, houve revalorização dos padrões de relacionamento em conformidade com as oposições convencionais de gênero (masculino/feminino) com o uso dos termos *butch/ dyke* (lésbica masculina) e *femme* (lésbica feminina), que em uma crítica radical à heterossexualidade compulsória, seriam vistas como a encarnação da tirania machista (as oprimidas assumindo a identidade criada para elas pelos opressores), porém passaram a ser saudadas como formas autênticas e corajosas de se expressar (Simões; Facchini, 2009).

O contraste entre masculinidade e feminilidade no contexto de relações homossexuais foi observado também por Chauncey, historiador norte-americano que apontou o uso dos termos “*fairy*”, “*queer*” (designavam gradações de afeminação e discrição entre homens) e “*trade*” (“homem de verdade”, que de preferência era um soldado, marinheiro ou operário e podia, desde que fizesse papel de “ativo” no ato sexual e conservasse imagem

masculina, relacionar-se com “*fairies*” e “*queers*” sem ser rotulado como homossexual) (Simões; Facchini, 2009). Entretanto, estas categorias perderam força a partir dos anos 1950, dando lugar ao termo “gay” e ao estabelecimento da oposição gay/straight (homo/heterossexual); o que não impediu que a masculinidade voltasse a ser valorizada a partir de 1970: “a valorização de uma sexualidade viril, agressiva, materialista e juvenil levou à estigmatização dos afeminados, maduros e velhos, e também tensionou as conexões existenciais e políticas dos gays com as lésbicas e transgêneros” (Simões; Facchini, 2009, p.47).

Em 1980 tem-se a epidemia de HIV-AIDS e reacende-se a ligação entre homossexualidade e doença, mas também há um ganho pelas novas questões colocadas em pauta. Como exemplo há o discurso do grupo ACT UP, que revelou os preconceitos étnicos, de classe e de gênero na chamada “comunidade gay”, buscando se opor aos limites do alcance da política de direitos e de inclusão de minorias defendida nos movimentos convencionais de gays e lésbicas, em forma de ativismo que se denominou *queer* (Simões; Facchini, 2009). Assim, surge uma tendência da “[...] marginalidade heróica e [...] recusa ao fechamento das identidades sexuais e de gênero, que estariam potencialmente presentes nas vivências bissexuais, transexuais e intersexuais” (Simões; Facchini, 2009, p. 52-53). Com base nestes acontecimentos, Simões e Facchini (2009, p. 53) destacam:

[...] gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, intersexuais perturbam as convenções, normas e hierarquias estabelecidas em torno do sexo biológico, da identidade de gênero e da orientação sexual, convidando-nos a reavaliar a sexualidade como um arco mais amplo e diversificado de possibilidades. Contribuem, assim, para repor ambigüidades, ambivalências e passagens, no lugar de definições, fronteiras e gavetas referentes a corpos, desejos e comportamentos, inclusive as que servem de orientação e referência ao próprio movimento LGBT.

Quanto a esta intenção de romper fronteiras exposta no trecho supracitado, Prado e Machado (2008 *apud* Borges *et al*, 2013) fazem a pontuação de que a perspectiva *queer* se colocou contra os teóricos essencialistas, que na discussão da diferença sexual posicionaram-se a favor da existência de uma verdade natural e pré-discursiva, e contra imposições normativas de feminilidade e masculinidade. Simões e Gonçalves (2018) esclarecem que, na perspectiva dos pensadores *queer*, a psicanálise ocupa um lugar de vanguarda quanto à crítica da normalização da sexualidade, pensando além do campo biológico e do ponto de vista funcional. Os autores indicam que, através do conceito de

pulsão, Freud desnaturalizou o sexo e abriu um caminho para problematização do gênero e em sintonia com este movimento teórico do autor, surge a partir do movimento feminista a teoria *queer*, nos anos 1980.

Borges *et al* (2013), ao comparar a vertente *queer* com a construcionista, fazem uma crítica a esta última por não ter colocado em pauta a construção social dos sexos nas entidades homens e mulheres, homossexualidade e heterossexualidade, que são polarizadas e fixas. Apesar do viés construcionista propiciar embasamento para contestar a naturalização dos sexos com a emergência do conceito de gênero, Borges *et al* (2013) indicam que o construcionismo não traz a denúncia da falta de estabilidade, fixidez e coerência das identidades sexuais encontrada em Butler (2018).

Nesse sentido, Butler (2018), no livro “Problemas de gênero”, de 1990, pontuou que a heterossexualidade é algo pressuposto na sociedade ocidental, de forma que regula os corpos. Sendo assim, a base e matriz que orienta a norma, que define o que é normal e o que se desvia, é a sexualidade hétero. Ademais, a autora revela que existem práticas reguladoras que geram identidades coerentes através de uma matriz de normas de gênero e produzem uma “verdade” do sexo, expressão usada por Foucault (que é referência para o construcionismo). A autora explica ainda (p. 35) que:

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre “feminino” e “masculino”, em que estes são compreendidos como atributos expressivos de “macho” e de “fêmea”. A matriz cultural por meio da qual a identidade de gênero se torna inteligível exige que certos tipos de “identidade” não possam “existir” — isto é, aqueles em que o gênero não decorre do sexo e aqueles em que as práticas do desejo não “decorrem” nem do “sexo” nem do “gênero”.

Butler (2018) põe em questão a dualidade sexo-gênero ao dirigir crítica à visão do gênero como o conjunto dos significados culturais que o corpo sexuado assume em decorrência de um sexo, de modo que não pode decorrer desta relação que apenas o corpo masculino se constitua como homem e o feminino como mulher, nem se pode tirar daí razão para supor que os gêneros devam permanecer em um número de dois. Prosseguindo em sua análise da temática, a autora afirma que não se deve conceber o gênero como inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, é preciso designar o aparato de produção dos sexos, concluindo, portanto que “o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como ‘pré-discursivo’” (p. 22), ou seja, uma

superfície politicamente neutra, anterior à cultura e sobra a qual a cultura age. Butler (2018, p. 21) argumenta, a partir desta forma de pensar, que:

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino.

Em crítica da lógica determinista que vê ligação direta entre sexo, gênero, prática sexual e desejo, criando gêneros “inteligíveis”, Butler (2018) aponta a existência de descontinuidade e incoerência na experiência de gênero, assim como indivíduo de gêneros “não inteligentes”, que não se alinham às leis de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” deles na manifestação do desejo sexual através da prática sexual. Seguindo a lógica de descontinuidade, Butler (2018, p. 43) aborda, a seu modo, a mistura de elementos masculinos e femininos nos indivíduos:

Se é possível falar de um “homem” com um atributo masculino e compreender esse atributo como um traço feliz mas acidental desse homem, também é possível falar de um “homem” com um atributo feminino, qualquer que seja, mas continuar a preservar a integridade do gênero. Porém, se dispensarmos a prioridade de “homem” e “mulher” como substâncias permanentes, não será mais possível subordinar traços dissonantes do gênero como características secundárias ou acidentais de uma ontologia do gênero que permanece fundamentalmente intata. Se a noção de uma substância permanente é uma construção fictícia, produzida pela ordenação compulsória de atributos em sequências de gênero coerentes, então o gênero como substância, a viabilidade de homem e mulher como substantivos, se vê questionado pelo jogo dissonante de atributos que não se conformam aos modelos sequenciais ou causais de inteligibilidade.

Além disso, Butler (2018) aborda a questão dos modos de expressão masculinos e femininos, que tem algumas aparições durante o percurso histórico de constituição da comunidade LGBTQ+. Como exemplo disso, tem-se o culto à virilidade por parte de indivíduos gays em 1970 nos EUA (Simões; Facchini, 2009). Segundo Butler (2018, p. 52):

Observe-se não só que as ambiguidades e incoerências nas práticas heterossexual, homossexual e bissexual — e entre elas — são suprimidas e redescritas no interior da estrutura reificada do binário disjuntivo e assimétrico do masculino/feminino, mas que essas configurações culturais de confusão do gênero operam como lugares de intervenção, denúncia e deslocamento dessas reificações. Em outras palavras, a “unidade” do gênero é o efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessa prática é, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de “heterossexualidade”, “homossexualidade” e “bissexualidade”, bem como os lugares subversivos de sua convergência e ressignificação [...].

Ademais, enquanto nos “Três ensaios” Freud (1996f) pôs em foco a cópia da feminilidade enquanto elemento psíquico que gera atração sexual, Butler parece dar grande importância à questão da expressão de gênero na medida em que essa expressão é constituinte de uma identidade. A autora traz o ponto de vista do gênero como “uma representação que constitui performativamente a aparência de sua própria fixidez interior” (2018, p. 99). Dessa forma, ela defende que o gênero sempre é um feito, mas uma obra de um sujeito que não é preexistente a ela mesma; ideia que a autora fundamenta com citação de Nietzsche (1969 *apud* Butler, 2018, p. 44), em “Genealogia da moral”: “não há ‘ser’ por trás do fazer, do realizar e do tornar-se; o ‘fazedor’ é uma mera ficção acrescentada à obra — a obra é tudo”. A autora tenta ainda ir além do pensamento de Nietzsche, afirmando que “não há identidade de gênero por trás das expressões do gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (p. 44).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo principal contribuir com o entendimento das subjetividades de indivíduos LGBTQIAP+ a partir da teoria psicanalítica, tomando por objetivos específicos: apresentar a contribuição da psicanálise aos estudos de sexualidade a partir de Freud, expor como chegamos ao entendimento atual das subjetividades LGBTQIAP+ e resgatar as contribuições da teoria psicanalítica para o entendimento destas subjetividades fora da categoria de patologias. Acreditamos ter alcançado o primeiro objetivo específico explicando de forma sucinta as teorias de Freud sobre a sexualidade desde a infância até seu desaguar na vida adulta. Quanto ao segundo, foi feita neste artigo uma exposição do desenvolvimento do movimento LGBTQIAP+ e sua luta por direitos e contra a patologização que levou ao surgimento de um ativismo *queer*. Já no que diz respeito ao terceiro, apontamos o contexto em que a psicanálise tomou parte nas discussões sobre a sexualidade, comentando um pouco de como foi a apropriação das teorias psicanalíticas por terceiros. Assim tem-se uma aproximação adequada do objetivo geral da pesquisa.

Não obstante, seria possível estender a discussão por muitas páginas mais, introduzindo outros referenciais da Psicanálise, como os trabalhos de Bion e de Green, ou mesmo outras perspectivas *queer* e feministas, como as de Irigaray e Rubin. Tal feito estava além de nosso alcance pelo fato de este artigo se tratar de um Trabalho de Conclusão de Curso, com sua extensão limitada no quesito número de páginas, assim como pela falta da disposição de tempo hábil para trabalhar cada conteúdo dispensando-o atenção adequada e merecida. Com isto em vista, apontamos a seguir autores e temas os quais não houve possibilidade de abranger neste artigo, mas que seriam caminhos propícios de desenvolvimento em um trabalho mais extenso.

Nos dias atuais, existem interessantes discussões em psicanálise sobre sexualidade que remetem a autores trazidos anteriormente, como Stoller e Butler. Em relação a isto, tem-se, por exemplo, aqueles que põem em pauta a ideia de gênero introduzida na psicanálise por Stoller e a formação da identidade sexual do indivíduo (Henriques; Vidal, 2019; Liboreiro; Calzavara, 2021). É possível também fazer menção aqui a Lima e Vorcaro (2020), que comentam o gozo da “lésbica *butch*”, do “homem trans”, da “bicha afeminada” e da “*drag queen*” a partir da perspectiva lacaniana. Temos também Lattanzio e Ribeiro (2017) com sua crítica ao encaixe da transexualidade na categoria de patologia, citando Butler (2003) com sua defesa de que o real do corpo não é uma “essência”. Nessa defesa da

despatologização das identidades de gênero trans, os autores são acompanhados por Ambra (2016), Drehmer e Falcão (2019) e Gherovici (2018).

Além das reflexões pertinentes sobre a transexualidade, pensamos ser de valia citar também a argumentação de Quinet (2016) sobre a homossexualidade. A psicanálise é subversiva mas os analistas podem acabar assumindo postura conservadora, a exemplo da oposição de alguns psicanalistas na Europa contra as leis do casamento gay e da homoparentalidade, fazendo-se necessária a advertência sobre as relações exteriores da psicanálise, isto é, seus desdobramentos políticos (Quinet, 2016). O alerta de Quinet parece estar em consonância com Ambra (2016, p. 106) quando ele afirma que “a psicanálise é não-toda subversiva”.

Neste ponto, parece importante indicar que acomodações às mudanças da sociedade e atualização de teorias não ocorrem “da noite para o dia”. No que tange ao processo de desvinculação das pessoas LGBTQIAP+ de patologias, somente em 1992 a Organização Mundial da Saúde (OMS) fez a retirada da homossexualidade como patologia do Manual de Classificação Internacional da Doenças (CID-10) (Quinet, 2016) e apenas em 2019 a OMS estabeleceu a retirada do termo Transexualismo e sua substituição por Incongruência de Gênero na 11ª edição da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde (CID), entrando em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022 (Jorge; Travassos, 2021).

Como desdobramentos recentes indo também nesta direção, temos documentos oficiais que trazem a sigla abrangente LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e Assexuais), como o “Manual orientador sobre diversidade” do Ministério dos Direitos Humanos (Brasil, 2018) e as “Referências técnicas para atuação de psicólogos, psicólogas e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+” (CFP, 2023), que também mostram em seu conteúdo a tentativa de esclarecer de forma didática as questões referentes a sexo biológico, identidade de gênero, expressão de gênero e orientação sexual.

Como foi mostrado ao longo deste artigo, com o passar das décadas, muito se falou sobre a homossexualidade masculina e os transexuais, havendo até mesmo discursos em que estes dois se confundem. Em relação a isso, também se faz necessário pontuar aquilo que foi indicado por Freud no artigo sobre a homossexualidade feminina de 1920 (2011e) e por Simões e Facchini (2009), no livro “Na trilha do arco-íris”, de perspectiva antropológica: os estudos de sexualidade mostraram por longo tempo uma tendência a dar maior espaço às questões da homossexualidade masculina do que feminina. Assim esperamos que haja maior protagonismo (não patologizante, bem entendido) de lésbicas, bissexuais, pessoas trans, *queer* e intersexo, entre outras, como foco nos estudos de sexualidade e gênero.

Considerando a diversidade de cada sujeito, é importante lembrar o alerta de Muszkat (2014) sobre o risco de comprometer a escuta psicanalítica ao não estar abertos para o novo e para a construção de sentidos de cada indivíduo. Ademais, faz-se notar a presença cada vez maior de pessoas trans e não-binárias, que levou Gherovici (2018) a urgir que os analistas se atentem, pois estas pessoas chegam para a clínica, num crescente afluxo de analisandos.

Em relação a isto, destacamos que pouco foi falado sobre não-binários (que não se reduzem ao masculino/feminino), assexuais (que não se sentem implicados a tomar parte em relações sexuais) e bissexuais, pela dificuldade em encontrar material, principalmente no que se refere a artigos psicanalíticos, sobre eles. Rozenthal (2018) apontou, por exemplo, a existência de volume reduzido e lacunar sobre a assexualidade. Desse modo, esperamos que futuras pesquisas deem voz às questões de assexuais, gênero- fluidos (que transitam entre um ou mais gêneros), agêneros (que não se sentem pertencentes a nenhum gênero), em geral, as identidades que não pudemos abarcar aqui, do ponto de vista da psicanálise e mesmo de outras teorias.

Por fim, ressalta-se que alguns temas fizeram curtas aparições, mas poderiam resultar em artigos próprios que lhe dão foco e se apresentam como possibilidades futuras para o autor. Tem-se, por exemplo, a apropriação equivocada das ideias freudianas e o papel da releitura de Lacan para reduzir ambiguidades e desafetos, o que levou autoras feministas a dialogarem com a psicanálise. Ademais, é possível falar da violência e dos sistemas totalitários, citados quando se falava do curso de eventos que levou à constituição da comunidade LGBTQIAP+. Foi falado e pode também aprofundar-se a discussão sobre o que se entende por feminilidade e masculinidade que perpassa os debates de sexualidade, abordando os pontos da defesa de “lésbicas mais femininas e gays mais masculinos” e da valorização da virilidade entre homens homossexuais. Em conclusão, também é uma possibilidade explorar a temática do papel dos fatores psíquicos e biológicos na sexualidade.

5 REFERÊNCIAS

AMBRA, P. **A psicanálise é cisnormativa?** Palavra política, ética da fala e a questão do patológico. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 5, p. 101–120, 2016. DOI: 10.9771/peri.v1i5.17179. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/17179>. Acesso em: 22 nov. 2023. Acesso em: 15 nov. 2023

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Understanding transgender people, gender identity and gender expression. American Psychological Association, 2023. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/lgbtq/transgender-people-gender-identity-gender-expression> Acesso em: 30 mar. 2023

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Guidelines for psychological practice with transgender and gender nonconforming people. *American Psychologist*, Vol. 70, No. 9, 832– 864, dez. 2015. oi.org/10.1037/a0039906 Disponível em: <https://www.apa.org/practice/guidelines/transgender.pdf> Acesso em: 30 mar. 2023

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. Understanding sexual orientation and homosexuality. American Psychological Association, 2008. Disponível em: <https://www.apa.org/topics/lgbtq/orientation> Acesso em: 30 mar. 2023

ASSUAR, G. **Psicanálise, sexualidade e gênero: atravessamentos sociopolíticos na constituição do sujeito.** Boletim Formação em Psicanálise, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 21–34, 2022. DOI: 10.56073/bfp.v30i1.41. Disponível em: <https://revistaboletim.emnuvens.com.br/revista/article/view/41>. Acesso em: 29 out. 2023.

BASSO, H.P.; ZANIN, C.F.; LAGUNAS, M.; SONEGO, J.C. **Identidade de gênero e transexualidade na psicanálise: confrontação com o enigma que o outro é.** *Revista Universo Psi*, Taquara, v. 1, n. 2, p. 52-75, 2020. Disponível em: <https://seer.faccat.br/index.php/psi/article/view/1772/> Acesso em: 25 out. 2023

BORGES, L. S.; CANUTO, A. A. A.; OLIVEIRA, D. P.; VAZ, R. P. **Abordagens de gênero e sexualidade na Psicologia: revendo conceitos, repensando práticas.** *Psicologia: Ciência e Profissão*, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 730–745, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/7XgSJfLrgTxm3hqycZmrYKd/?lang=pt#> Acesso em: 07 jun. 2023

BRASIL. **Manual Orientador sobre Diversidade**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/dezembro/ministerio-lanca-manual-orientador-de-diversidade>>. Acesso em: 28 out. 2023.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. trad. Renato Aguiar. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, C. A. Sobre as origens e os destinos da bissexualidade psíquica na constituição do sujeito. 2017. x, 111 f., Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.unb.br/handle/10482/24776>> Acesso em: 08 mar. 2023.

CARNEIRO, C. A.; LAZZARINI, E. R. **Acolher a diferença: a função da bissexualidade psíquica na construção da subjetividade**. *Tempo psicanalítico*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 155-186, jun. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382020000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CARNEIRO, C. A.; LAZZARINI, E. R. **A bissexualidade psíquica na constituição do sujeito: sobre suas origens e destinos identitários**. *Revista de Psicanálise da SPPA*, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 585–612, 2018. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/05/995546/12_a-bissexualidade_claudia_eliana_v25_n3_2018.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas, psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+**. Brasília: CFP, 2023. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2023/06/RT_LGBT_crepop_Web.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

COSSI, R. K. **Stoller e a psicanálise: da identidade de gênero ao semblante lacaniano**. *Estud. psicanal.*, Belo Horizonte, n. 49, p. 31-43, jul. 2018. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372018000100003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 abr. 2023.

COSTA, M. S. **Gênero e identidade(s) na contemporaneidade: os desafios do não-binário**. 2020. 132 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/12667>> Acesso em: 13 jun, 2023

DELLAR, N. M. A Guide to Sexual Orientation and Gender Diversity Terms. American Psychological Association, 2022. Disponível em: <<https://www.apa.org/topics/lgbtq/transgender-people-gender-identity-gender-expression>> Acesso em: 30 mar. 2023

DELOUYA, D. **A bissexualidade no eixo da escuta psicanalítica**: considerações teóricas acerca da clínica. **Ágora**: Estudos em Teoria Psicanalítica, v. 6, n. 2, p. 205–214, jul. 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/agora/a/bRv6PBBnwf3bNWb9chtrTLp/?lang=pt>> Acesso em: 02 mar. 2023

DREHMER, L. B. R.; FALCÃO, C. N. B.. **Para Além da Concepção Binária Cis-heteronormativa**: a Psicanálise Interrogada pelas Diversidades Sexuais e de Gênero. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [S. l.], v. 39, n. spe3, p. e228536, 2019.

ELIA, L. **Psicanálise**: clínica & pesquisa. In: ALBERTI, S.; ELIA, L. (orgs.). Clínica e pesquisa em psicanálise. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 2000. p. 19-35.

FREUD, S. **A dissolução do complexo de Édipo**. In: _____. O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Obras completas, vol. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011a.

_____. **Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos**. In: _____. O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Obras completas, vol. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011b.

_____. **A organização genital infantil**. In: _____. O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Obras completas, vol. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011c.

_____. **Carta a uma mãe preocupada com a homossexualidade de seu filho**. In: _____. Amor, sexualidade, feminilidade. Obras Incompletas de Sigmund Freud. [S. l.] Autêntica Editora, 2019.

_____. **O Eu e o ID**. In: _____. O Eu e o ID, “Autobiografia” e outros textos (1923-1925). Obras completas, vol. 16. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011d.

_____. **O Ego e o ID.** In: _____. O Ego e o ID e outros trabalhos (1923-1925). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1996b.

_____. **Os instintos e suas vicissitudes.** In: _____. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996c

_____. **Recomendações ao médico que pratica a psicanálise.** In: _____. O caso Schreber, artigos sobre técnica e outros trabalhos (1911-1913). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XII. Rio de Janeiro: Imago, 1996d.

_____. **Sobre a psicogênese de um caso de homossexualidade feminina.** In: _____. Psicologia das massas e análise do Eu e outros textos (1920-1923). Obras completas, vol. 15. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011e.

_____. **Sobre a sexualidade feminina.** In: _____. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Obras Completas, vol. 18. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Sobre as teorias sexuais infantis.** In: _____. O delírio e os sonhos na Gradiva, Análise da fobia de um garoto de cinco anos e outros textos (1906-1909). Obras completas, vol. 08. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

_____. **Sobre o narcisismo: uma introdução.** In: _____. A história do movimento psicanalítico, artigos sobre metapsicologia e outros trabalhos (1914-1916). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIV. Rio de Janeiro: Imago, 1996e.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** In: _____. Um caso de histeria, Três ensaios sobre a teoria da sexualidade e outros trabalhos (1901-1905). Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996f.

_____. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** In: _____. Três ensaios sobre a teoria da sexualidade, análise fragmentária de uma histeria ("o caso dora") e outros textos (1901-1905). Obras completas, vol. 06. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci.** In: _____. Observações sobre um caso de neurose obsessiva [“o homem dos ratos”], Uma recordação de infância de Leonardo da Vinci e outros textos (1909-1910). Obras Completas, vol. 9. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GALLOP, J. Além do falo. **Cadernos Pagu**, [S. l.], n. 16, p. 267–287, 2001. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/6hhjhtdQw8ZMfmNDCdBKqJ/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GHEROVICI, P. A psicanálise está preparada para a mudança de sexo?. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 130-139, dez. 2018. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-48912018000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 nov. 2023.

GIL, A. C. Como classificar as pesquisas? In: _____. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. pp. 41-57

HENRIQUES, R. P.; VIDAL, P. **Em defesa de outra psicanálise:** sobre o real em questão nas soluções transexuais. **Psicologia USP**, v. 30, p. 01-10, 2019. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/pusp/a/YYNDQKZfhzxfqTgtbd37FJm/?lang=pt>> Acesso em: 15 nov. 2023

JORGE, M. A. C. Fundamentos da psicanálise de Freud a Lacan - vol. 1: as bases conceituais. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

JORGE, M. A. C.; TRAVASSOS, N. P. **Homofobia:** uma interpolação na abordagem da transexualidade. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 24, n. 1, p. 25–50, jan. 2021. Disponível em:< <https://www.scielo.br/j/rlpf/a/tSLprS6rwJVGSStkfbzDKqg/?lang=pt>> Acesso em: 30 out. 2023

KEHL, M. R. **O tempo e o cão:** a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

LACAN, J. Escritos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.

_____. **O Seminário** - livro 1: os escritos técnicos de Freud, 1963-1964. 3 .ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J. B. Vocabulário da psicanálise. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

LATTANZIO, F. F; & RIBEIRO, P. C. (2017). **Transexualidade, psicose e feminilidade originária**: Entre psicanálise e Teoria Feminista. *Psicologia USP*, v. 28, n.1, p.72-82. doi: <https://doi.org/10.1590/0103-656420140085>

LIBOREIRO, B. A.; CALZAVARA, M. G. P. "**Você Pode Ser o que Você Quiser!**: " Será? Psicanálise, Sexo e Gênero. **Rev. Subj.** Fortaleza , v. 21, n. 2, p. 1-12, ago. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2359-07692021000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 23 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.5020/23590777.rs.v21i2.e11129>.

LIMA, V. M.; VORCARO, A. M. R. O pioneirismo subversivo da psicanálise nos debates de gênero e sexualidade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 40, p. 01-13, 2020. Disponível: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/yvkkK3GRHmdM8758cYgrghp/> Acesso em: 28 out. 2023

MARCONI, M. A.; LAKATOS. E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ED. SÃO PAULO: Atlas, 2003.

MASSON, J. (Org.). A correspondência completa de Sigmund Freud para Wilhelm Fliess 1887-1904. Rio de Janeiro: Imago, 1986.

MENDES, W. G.; SILVA, C. M. F. P. **Homicídios da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBT) no Brasil: uma Análise Espacial.** *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 25, n. 5, p. 1709–1722, maio 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/4947yK7K5JTN5sHJRKTFPvD/?lang=pt> Acesso em: 16 nov. 2023

MENEZES, M.; BECCARI, M. N. **A moda e a teoria queer**: o unissex e o gênero neutro. **dObra[s]** – revista da Associação Brasileira de Estudos de Pesquisas em Moda, [S. l.], n.

32, p. 211–234, 2021. DOI: 10.26563/dobras.i32.1374. Disponível em: <https://dobras.emnuvens.com.br/dobras/article/view/1374>. Acesso em: 13 abr. 2023.

MOTT, L; MICHELS, E. **Relatório 2018: Assassinatos de LGBT no Brasil**. Brasil: Grupo Gay da Bahia - GGB; 2019. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2019/01/relat%C3%B3rio-de-crimes-contra-lgbt-brasil-2018-grupo-gay-da-bahia.pdf>> Acesso em: 29 out. 2023

MUSZKAT, S. As neossexualidades e a discussão do modelo binário. **Rev. bras. psicanál**, São Paulo , v. 48, n. 4, p. 106-112, dez. 2014 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0486-641X2014000400010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2023.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento Psicossocial na Adolescência. In: _____. *Desenvolvimento Humano*. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

QUINET, A. Homofobias psicanalíticas na psicologização do Édipo. **Stylus (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 191-199, nov. 2016 . Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2016000200015&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 19 out. 2023.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

ROZENTHAL, E. **Assexualidade: um olhar psicanalítico para o futuro**. **Cad. psicanal.**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 38, p. 111-124, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-62952018000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 25 nov. 2023.

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. **Políticas públicas e crítica queer: algumas questões sobre identidade LGBT**. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 290–300, mai. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/dn8hPT4MxTn3ChR5Q99HxWq/?lang=pt>> Acesso em: 15 nov. 2023

SANTOS, A. L. **Para lá do binarismo? O intersexo como desafio epistemológico e político**. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 102, p. 3-20, dez. 2013. Disponível em http://scielo.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2182-74352013000300001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 nov. 2023. <https://doi.org/10.4000/rccs.5421>.

SIMÕES, A.; GONÇALVES, G. A. **Labirintos da sexualidade: convergências e dissonâncias entre a psicanálise e a teoria queer na atualidade. *Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica***, v. 21, n. 1, p. 12–22, jan. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/agora/a/frPHQpwRGnBdTSvTZPxHY4d/?lang=pt#>> Acesso em: 07 jun. 2023

SIMÕES, J.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SOUZA, K. C. V.; MEDEIROS, J. V. L.; NUNES, H. S. **Curar-se da “cura das homossexualidades”**: um manifesto à despatologização. ***Revista aSEPHallus de Orientação Lacaniana***, v. 13, n. 25, p. 17-30, 2018. Disponível em: <http://www.isepol.com/asephallus/numero_25/pdf/3_curar-se_da_cura_das_homossexualidades.pdf> Acesso em: 28 out. 2023

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Sexual and Reproductive Health and Research (SRH). WHO, [2016]. Disponível em: <<https://www.who.int/teams/sexual-and-reproductive-health-and-research/key-areas-of-work/sexual-health/defining-sexual-health>> Acesso em: 30 mar. 2023